



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

ANA CAROLINA SANTOS DO ROSÁRIO

A CENA CULTURAL DO BAIRRO DOIS DE JULHO
HISTÓRIA, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

SALVADOR

2015

ANA CAROLINA SANTOS DO ROSÁRIO

**A CENA CULTURAL DO BAIRRO DOIS DE JULHO
HISTÓRIA, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

Monografia apresentada ao curso de graduação de Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura.

Profa. Orientador(a): Profa. Dra. Gisele Nussbaumer

Salvador

2015

AGRADECIMENTOS

A minha professora e orientadora, Gica, pelas observações, atenção, paciência e grande contribuição na minha formação nesses últimos anos de graduação;

Ao professor José Roberto Severino e a produtora cultural Cacilda Povoas pela disponibilidade de fazer parte da minha banca;

Aos entrevistados dos equipamentos culturais objetos deste trabalho: Mauricio Assunção na contribuição de informações sobre o Teatro Gamboa Nova, Gordo Neto pela Casa Preta, Felipe Carvalho pela Amsterdam Pop Club;

A toda comunidade e espaços do bairro Dois de Julho pelas informações fornecidas;

A toda equipe do Teatro Gamboa Nova pela paciência durante minha dedicação à pesquisa. Pela convivência e enfrentamento diário em se trabalhar com cultura em Salvador;

Aos profissionais, Junia Leite, Carla Pinheiro, Carlos Paiva e Verônica Aquino pela confiança, oportunidades e contribuição para o meu crescimento profissional e pessoal. Meu carinho e admiração;

Aos colegas de graduação, em especial aos amigos Camila Brito, Stéfane Souto, Tainana Andrade e Tomás Silva pelo apoio, convívio e por todas as trocas de conhecimento nessa trajetória;

À Ana Beatriz Ferreira e Nathália Procópio pela amizade, contribuição e paciência nas leituras e pensamentos ainda confusos a respeito do campo cultural;

À Samuel, meu grande companheiro, pela força, incentivo e amor em todas as horas;

À minha mãe por todos os ensinamentos desta vida e por está desde sempre ao meu lado;

RESUMO

O presente trabalho consiste em mapear e identificar os espaços culturais do bairro Dois de Julho, em Salvador/Ba, analisando, em particular, três equipamentos culturais: o Teatro Gamboa Nova, Casa Preta e Amsterdam. Esses espaços são analisados considerando a sua história, gestão, públicos e relação com bairro. O trabalho visa trazer uma reflexão acerca da importância do bairro dentro do cenário cultural de Salvador e o importante papel dos espaços e equipamentos culturais para os moradores e frequentadores do dois de julho.

Palavras-chave: Cultura e Cidade; Bairro Dois de Julho; Equipamento Cultural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Planta da cidade de Salvador no séc. XVI.....	21
Figura 02 - Perímetro dos espaços mapeados.....	27
Figura 03 - Mapa de demarcação geográfica do bairro Dois de Julho.....	28
Figura 04 - Mapa do Poligonal de Intervenção do Cluster Santa Tereza.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. CULTURA, CIDADE E EQUIPAMENTOS CULTURAIS.....	7
1.1 Cultura e Cidade.....	7
1.2 Equipamentos Culturais.....	13
2. O BAIRRO DOIS DE JULHO.....	21
2.1 O bairro e sua história.....	21
2.2 O bairro, seus espaços e equipamentos culturais.....	27
2.4 O bairro hoje e amanhã.....	43
3. TEATRO GAMBOA NOVA, CASA PRETA E AMSTERDAM.....	47
3.1 Teatro Gamboa Nova.....	47
3.2 Casa Preta.....	52
3.3 Amsterdam Pop Club.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	63
ANEXOS.....	66

INTRODUÇÃO

No final do século XX, a partir dos novos arranjos da globalização e do avanço da tecnologia, surgem as primeiras reflexões em torno da cultura como campo fundamental para a reconfiguração dos espaços urbanos. As discussões se intensificam em âmbito nacional e internacional, surgindo documentos, conferências, encontros que visam construir uma nova gestão cultural e políticas públicas com base na relação entre cultura e cidade, se constituindo como elemento fundamental de transformação e desenvolvimento de um local e de sua população.

A partir desse contexto, surgem os questionamentos acerca da construção de políticas culturais para as cidades e como elas estão sendo desenvolvidas pelas esferas governamentais, principalmente pela a esfera municipal. Elaboração de políticas culturais que dê o suporte necessário para a produção simbólica e alcance as diversas dimensões da vida cultural, seja ela na prática cotidiana ou dentro do circuito organizado. É nessa última dimensão que os equipamentos culturais se estabelecem, identificando em que contextos estão inseridos dentro da cidade, a sua gestão e formas de articulação com o entorno, compreendendo seu papel dentro do cenário cultural local.

Esta monografia surge a partir do anseio de compreender melhor os contextos em que se encontram os equipamentos culturais da cidade Salvador, suas características e modelos de gestão e relação com a cidade e com local onde estão inseridos. A escolha pelos equipamentos culturais situados no Dois de Julho se dá por compreender o bairro como um lugar importante no cenário histórico e cultural de Salvador. Isso se deve a sua localização no Centro Antigo, a concentração de equipamentos e espaços culturais e sua atuação e mobilização frente às questões da cidade, buscando melhorias para o bairro com base nas necessidades reais da população local. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo mapear e identificar os espaços culturais do Dois de Julho, em Salvador/Ba, analisando, em particular, três equipamentos culturais: o Teatro Gamboa Nova, Casa Preta e Amsterdam. Esses espaços foram estudados considerando a sua história, gestão, públicos e relação com o local. O trabalho visa trazer uma reflexão acerca da importância do bairro dentro do cenário cultural de Salvador e o importante papel dos espaços e equipamentos culturais para os moradores e frequentadores do Dois de Julho.

O trabalho está estruturado em três capítulos: Cultura, cidade e equipamentos culturais, O bairro Dois de Julho e Equipamentos culturais: Teatro Gamboa Nova, Casa Preta e Amsterdam. No primeiro capítulo, pretende-se trazer uma abordagem conceitual e teórica a

cerca da relação entre cultura e cidade, partindo da ideia de que a cultura se apresenta como setor de desenvolvimento local. O capítulo faz uma análise da forma como o município de Salvador se apropria da área cultural na construção de políticas públicas para a cidade. O capítulo também traz uma conceituação sobre gestão cultural e equipamentos culturais, procurando mostrar a importância desses espaços na interação com a cidade e seus cidadãos. Para isso, o trabalho se desenvolve a partir de autores como Teixeira Coelho (2008), Paola Jacques (2010) e Isaura Botelho (2003) que se debruçam sobre essas temáticas.

O segundo capítulo expõe a história do bairro Dois de Julho e como ele se encontra nos dias atuais, ressaltando sua trajetória enquanto lugar de resistência social e vida cultural. Apresenta um mapeamento dos espaços mais conhecidos dos moradores e frequentadores do bairro, destacando as suas características, a importância histórica e a sua relação com o local. Por fim, traz uma abordagem sobre os contextos, conjunturas e perspectivas do Dois de Julho, em Salvador.

O terceiro capítulo é composto pela análise dos três equipamentos culturais: Teatro Gamboa Nova, Casa Preta e Amsterdam, espaços culturais situados no Dois de Julho e objetos de estudo deste trabalho. Nesse capítulo, pretende-se analisar a caracterização, gestão, públicos e relação desses equipamentos com o entorno, a fim de identificar também dificuldades, potencialidades e desafios desses espaços culturais no cenário cultural de Salvador. As conclusões da análise dos três equipamentos e dos espaços do Dois de Julho, apresentadas nas Considerações Finais, foram construídas a partir da reflexão dos conceitos sobre equipamentos culturais e da relação entre cultura e cidade.

1. CULTURA, CIDADE E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

1.1 Cultura e cidade

A partir do século XX, o pensamento sobre as cidades passa a ser considerado não apenas como o que é oposto ao campo, ou como uma aglomeração diversificada de indivíduos, mas também como um espaço urbano que leva em conta os processos culturais e os imaginários dos que habitam. (CANCLINI, 2008).

Nesse aspecto, a cidade é a expressão da relação das edificações com os indivíduos, isto é, da materialidade com o social, expressos em experiências coletivas e representações particulares sobre a cidade. A partir dessa concepção, as representações simbólicas e imaginárias, atreladas ao crescimento dos espaços urbanos e a intensificação dos fluxos de informação desencadeiam questionamentos sobre os usos e funções do espaço público na contemporaneidade. A cultura, portanto, se apresenta como fator fundamental no processo de pertencimento e de identificação do indivíduo com a sua cidade, se inserindo nas esferas sociais, econômicas, turísticas, educacionais, políticas etc.

O filósofo Henri Lefebvre (*apud* SERPA, 2010, p.29), traz uma reflexão importante que se apresenta como um desafio a ser incorporado às políticas para os espaços urbanos, que é pensar a cidade como fenômeno cultural, como centralidade cultural, que leva em conta as esferas da vida cotidiana, as relações sócio espaciais, a articulação, o embate e encontro de diferentes pensamentos de cultura e de cidade.

A ideia de cidade como fenômeno cultural poderia ser traduzida e sintetizada através da ideia de centralidade. Pensar a cidade como centralidade leva também a pensá-la como a possibilidade de encontro, de aproximação, de simultaneidade, de reunião, de intercâmbio e de relações. Então, a cidade como fenômeno cultural é, sobretudo, uma cidade que centraliza as criações humanas. (SERPA, 2010, p.29)

Com base nesta reflexão, a ideia de centralidade ganha novos sentidos, não mais atrelada aos métodos de produção capitalista, mas a partir dos encontros de esferas de reprodução do cotidiano, dos processos simbólicos, de criação e sociabilidade. Dessa forma, as cidades contemporâneas ganham uma nova dinâmica, trazendo a cultura como eixo central nas discussões, construção das políticas públicas e soluções de desenvolvimento por setores da sociedade. A crescente discussão da centralidade da cultura no processo de globalização e da importância da cultura para desenvolvimento local vem sendo incorporadas pelos governos nacionais e internacionais, para a construção de políticas públicas com base na relação entre cultura e cidade.

Uma outra simbiose íntima entre cultura e cidade precisa ser formulada, num processo de reinvenção do cotidiano. A renovação e expansão dos recursos culturais da cidade; o apoio às instituições culturais centrais; a criação de recursos culturais de porte cotidiano criando uma malha cultural sólida; a definição de modos culturais criativos de relacionamento com os equipamentos e problemas urbanos; o estímulo à cidade culturalmente diversa; a opção pelo desenvolvimento humano ainda mais que pelo desenvolvimento econômico; o cuidado no respeito e na multiplicação dos direitos culturais, renovados com criatividade; o apoio à ideia de uma nova cidade transformada que com seu exemplo possa mover o mundo; a definição do que podem ser os indicadores dessa nova gestão cultural da cidade; a nova institucionalidade da cultura solicitada pelos novos desafios; a sustentabilidade do processo cultural e, finalmente, mas não em último lugar, o papel da sociedade civil no novo arranjo da cultura na cidade que deve tornar realidade uma política cultural de proximidade. (COELHO, 2008, p. 9).

No cenário internacional, podemos verificar a formulação de documentos de suporte para políticas e o fortalecimento do compromisso por parte dos governos em assegurar os direitos humanos, a diversidade cultural, uma democracia participativa e cidadã. Como exemplo desse processo, a Agenda 21 da Cultura¹ é criada em 2004, aprovada por governos locais com o intuito “reforçar e renovar as políticas culturais locais, e, por outro, para advogar ante os governos e as instituições internacionais a importância da cultura no desenvolvimento local.” (PASCUAL, 2008, p.49) Em pouco tempo, as instituições e governos aderiram a Agenda 21 e passaram a considerá-la como um documento importante e de referência no desenvolvimento de políticas urbanas e na aplicação em diversas iniciativas a partir da sua dimensão cultural. Por exemplo, cidades como Bogotá, Montreal e Bilbao redigiram suas políticas tendo base as diretrizes da Agenda 21 da Cultura.

No Brasil, percebemos alguns avanços no que se refere à abertura e construção de políticas culturais. Com a gestão de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) no Ministério da Cultura, mudanças importantes aconteceram, começando pela própria compreensão da palavra cultura. Segundo Albino Rubim (2010), a adoção da noção “antropológica” da cultura permitiu que o Ministério ampliasse suas fronteiras para outras culturas, considerando não apenas as referentes ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas), mas para outras culturas como as de gênero, populares, das periferias, das tecnologias digitais etc.

¹ Aprovada no dia 8 de maio 2004, em Barcelona, pelo IV Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social de Porto Alegre, no marco do primeiro Fórum Universal das Culturas. A Agenda 21 da cultura foi aprovada por cidades e governos locais de todo o mundo comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz. Disponível em < <http://www.agenda21culture.net/index.php/pt/who-we-are-pt/mission-pt> >. Último acesso: 01 de maio de 2015.

Outras mudanças foram bastante relevantes na gestão de Gil, como o diálogo com a população para a construção de políticas públicas, através de conferências, seminários, encontros setoriais, que permitiram a sociedade contribuir na construção dos projetos e programas. Em 2010, foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC) e, em 2012, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), documentos importantes para a realização de políticas culturais mais estáveis e de longo prazo, um indicativo da vontade de superação de características marcantes no histórico da política cultural brasileira, como a instabilidade. Além disso, o SNC integra as esferas: federal, estadual e municipal, o que possibilita uma gestão cultural mais colaborativa.

Diante disso, percebemos que a cultura tem ganhado espaço significativo nas agendas nacionais e internacionais, e vem se consolidando como um campo vital de desenvolvimento. Porém, vale questionar se este espaço está sendo garantido e tendo desdobramentos reais nos arranjos da administração pública, se essa conjuntura vem se refletindo na instância de maior proximidade entre cidadãos e cidade: a municipal. Muitos municípios, na contemporaneidade, vêm destacando-se e assumindo um papel relevante com relação às políticas culturais.

Sob esse aspecto, Salvador apresenta uma situação desfavorável em termos de políticas culturais municipais, com baixos investimentos, com uma atuação pautada em grandes eventos turísticos e culturais. A Fundação Gregório de Matos (FMG) é o órgão responsável pela maior parte das iniciativas culturais do município, é também responsável pela administração de alguns equipamentos culturais, como o Museu da Cidade, a Casa do Benin, o Arquivo Histórico Municipal e o Espaço Cultural da Barroquinha. A FGM é órgão autônomo da prefeitura para o fomento à cultura e está vinculada a Secretária de Turismo e Cultura (SECULT)². Em 2013, com a gestão do diretor teatral Fernando Guerreiro, a FGM lançou seu primeiro edital de cultura de caráter mais abrangente, dando sequência em 2014 com uma segunda edição; também retomou em 2013 uns dos seus principais projetos, o “Boca de Brasa”, que tem o objetivo de fomentar a cultura e as manifestações artísticas na periferia de Salvador. O projeto foi criado em 1986 por Roberto Pinho e Wally Salomão, porém teve suas atividades suspensas em 2003, após realizar 600 apresentações em bairros periféricos. Além dos projetos e editais, a Fundação participou nas ações do Réveillon de

² Até o ano de 2014, na gestão de Guilherme Bellintani, denominava-se Secretária de Desenvolvimento, Turismo e Cultura. (SEDES). Em 2015, após reforma administrativa, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo foi dividida em duas: Secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego e Secretária de Cultura e Turismo. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/12/prefeito-anuncia-novos-secretarios-em-salvador-bellintani-deixa-turismo.html>> Acessado em Mar 2015.

Salvador 2015 e Aniversário de 446 anos de Salvador, intitulado Festival da Cidade de Salvador.

Mesmo com a recente iniciativa do município na área cultural, através da FGM, os investimentos e políticas voltadas para a cultura não são suficientes se compararmos, por exemplo, com a ação do Estado. Diante da riqueza cultural e artística da cidade, das manifestações culturais e de seu patrimônio, bem como a larga produção cultural que se desenvolve ativamente, a existência de políticas culturais municipais é fundamental para o desenvolvimento de Salvador e dos seus cidadãos. Além de descentralizar o papel do Estado como principal fomentador das ações culturais.

Os municípios baianos e, em especial Salvador, não têm acompanhado, com algumas exceções que terminam por confirmar esta afirmação, este movimento de ampliação de políticas culturais municipais, estruturas institucionais, equipamentos e orçamentos dedicados à cultura. Muitos municípios não possuem setores institucionais, nem equipamentos destinados à cultura e não investem recursos ao campo cultural. Uma cidade da envergadura e vida cultural como Salvador tem repassado historicamente apenas algo em torno de 0,2% de seu orçamento para a cultura. Pior que isto, os últimos dados apontam o investimento de 0,11%. Em Recife, para tomar só um exemplo, este percentual tem variado entre 2,0 e 3,5%, a depender do ano. O argumento que Salvador é uma cidade pobre não pode justificar a falta de atenção para a cultura soteropolitana. (RUBIM, 2014, p. 104)

Salvador é um dos principais destinos turísticos do Brasil. Em 2011, o fluxo de turista nacional e internacional chegou a mais de três milhões apenas na capital baiana, de acordo com o Observatório do Turismo na Bahia (FIPE, 2011). A Bahia lidera o ranking de capitais do Nordeste que mais recebem turistas durante o ano e é o quarto estado do Brasil. É inegável sua riqueza histórica e cultural, o que proporciona um desenvolvimento significativo do turismo, sendo um dos setores que mais cresce economicamente. Porém, observa-se que a política adotada não tem a cultura como centralidade, mas como um acessório para o desenvolvimento do setor turístico.

Segundo Paola Jacques (2010), nos últimos anos, as cidades passaram a ser vistas como mercadorias estratégicas, se tornando cada vez mais genéricas, homogeneizadoras e espetaculares. Esse processo acaba por atender apenas o desenvolvimento de alguns setores, a exemplo do turismo, e o favorecimento dos investimentos privados e modelos internacionais. No entanto, o que se percebe é uma interferência externa que descaracteriza, de alguma forma, o que é genuíno do lugar, transformando as cidades em mercadorias cada vez mais padronizadas.

Cada vez mais as cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos... Este modelo visa basicamente o turista internacional – e não o habitante local – e exige um certo padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado. Como já ocorre com os espaços padronizados das cadeias dos grandes hotéis internacionais, ou ainda dos aeroportos, das redes de *fast food*, dos *shopping centers*, dos parques temáticos, dos condomínios fechados[...] (JACQUES, 2010, p.164).

Nessa lógica, a cultura local também fica vinculada as estratégias de homogeneização, a exemplo dos projetos de preservação dos centros históricos, a valorização dos grandes equipamentos, das arquiteturas monumentais, criando uma cidade cada vez mais padronizada e voltada para atender os interesses das grandes empresas, do mercado internacional e do turista. A cidade entra num processo de gentrificação urbana com conseqüente perda das culturas e hábitos locais. Portanto, é prioritário o diálogo com a sociedade civil, a participação sistemática da população nas questões públicas.

Salvador é uma cidade que há algum tempo vem passando por situação semelhante àquelas descritas em processos de gentrificação, museificação e exibicionismo cultural. Um bom exemplo disso foi o processo de revitalização do Pelourinho, nos anos de 1992 e 1993, no governo de Antônio Carlos Magalhães, onde o bairro passou por um processo de esvaziamento da população moradora, dando lugar a um grande museu a céu aberto com serviços direcionados ao turista. Conseqüentemente, o bairro se tornou apenas um lugar para atender o comércio turístico. Com as desapropriações a violência aumentou e muitos empreendimentos foram fechados em decorrência da revitalização. Isso estabelece a contradição do Centro Histórico ser um espaço de atração turística, porém notório pela sua degradação e insegurança.

Nos centros das cidades, as memórias das culturas locais perdem-se, pois, na maior parte das vezes, a própria população local é expulsa do local da intervenção, pelo já citado processo de gentrificação, e, em seu lugar, são criados grandes cenários, como já ocorreu aqui no caso do Pelourinho. Nas periferias ricas, nas novas *Alphavilles*, isso nem chega a ocorrer, uma vez que estas áreas já são projetadas dentro de uma ideia de segregação espaço-social bem clara, e ainda oferecem um nível de vigilância total, também dentro de um padrão internacional de segurança e da dita “sustentabilidade” (outra palavra da moda a ser questionada, como a tal identidade), que serve como justificativa para um amplo processo de privatização de espaços públicos e áreas verdes, o que vem ocorrendo de forma sistemática na maioria das áreas de expansão das cidades contemporâneas. (JACQUES, 2010, p.165)

Hoje, os governos estaduais e municipais reavaliam a situação do Pelourinho, buscando inserir espaços residenciais e de convivência. Outros bairros passam por um

processo semelhante ao Pelourinho, guardadas as diferenças. Com a expansão da cidade e o surgimento das áreas mais administrativas, como a região do Iguatemi e o CAB, os bairros do Centro Antigo sofrem com a insegurança, imóveis desapropriados sem restauro, grande índice moradores de rua e dependentes químicos. O bairro Dois de Julho, localizado na região do Centro de Salvador, vem passando por uma revitalização com base em projetos que não integram a comunidade local nas decisões de melhorias do bairro; desapropriação e venda significativas dos imóveis, inexistência de restauro ou manutenção dos casarões em ruínas. Essas condições tornam o lugar vulnerável à especulação imobiliária, a perda da sua memória arquitetônica e cultural.

Daí a importância de uma política cultural no seu sentido mais amplo, que leve em consideração a memória e os costumes locais da população. Nesse sentido, Isaura Botelho (2001) aponta para a necessidade de políticas que abranjam a dimensão antropológica da cultura, onde “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.” (Botelho, 2001, p.3) Para isso, o município se apresenta como principal instância administrativa no diálogo com a população e de maior proximidade desse fazer cultural, o que ressalta sua responsabilidade e relevância na articulação e contribuição na construção de políticas culturais para cidade. Políticas que incluam o cidadão nos processos de decisão e participação; voltadas para a população local e não apenas seus visitantes, valorizando suas culturas, garantindo sua diversidade e reconhecendo suas práticas cotidianas como parte e experiência da cidade.

1.2 Equipamentos culturais

Para falar em equipamentos culturais é necessário ressaltar alguns aspectos relativos à temática, que vão desde a compreensão do termo a questões que envolvem gestão, cidades e processos de urbanização, práticas sociais e consumo, políticas culturais, etc. Isto é, a abordagem de equipamentos culturais exige a articulação de contextos e conceitos, que constroem a relação destes com as cidades, e que neste trabalho tem como foco de análise e reflexão a cidade de Salvador/Ba.

Segundo Teixeira Coelho, compreende-se por equipamentos culturais “tanto edificações destinadas a práticas culturais, quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição”. (1997, p.164) Equipamentos culturais são espaços físicos destinados à produção, circulação e consumo de práticas, bens e produtos culturais, geridos por instituições públicas ou privadas, grupos ou associações, Ongs, etc. Esses equipamentos culturais fazem parte de um circuito organizado da cultura, onde as demandas de mercado e os modos de funcionamento e entendimento de cultura pela população são mais evidentes. É nesse circuito que as políticas culturais são mais refletidas e recebem uma atenção maior por parte dos governos.

Políticas culturais são compreendidas como um “programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. (Coelho, 1997, p.293). Podem ser compreendidas também como

Um conjunto de valores, princípios, instrumentos e atitudes que guiam todos aqueles que estão, de alguma forma, envolvidos na condução de ações na área da cultura - o que inclui as atividades dos equipamentos culturais, públicos e privados. Diferencia-se, assim, política de gestão, sendo a última responsável por organizar e gerir os meios disponíveis para execução do que foi estabelecido pela primeira. (NUSSBAUMER et al., 2005, p. 2).

Os equipamentos culturais quando entendidos dentro deste circuito organizado, tem a gestão cultural como um campo fundamental para o entendimento dos processos organizacionais das instituições - sejam elas públicas ou privadas, que se reflete, também, na condução das políticas culturais, como abordado acima. A gestão cultural é compreendida de forma ampla e complexa, estabelecendo uma ligação entre as dimensões intangíveis, subjetivas, que abarca os processos sociais e artísticos, porém atuando também nos processos organizacionais, no que diz respeito ao gerenciamento e planejamento das ações das

instituições. Segundo Alfons Martinell (*apud* CUNHA, 2013, p. 16) entende-se gestão cultural como:

Uma sensibilidade de compreensão, análises e respeito dos processos sociais. Capacidade de entender os processos criativos e estabelecer relações de cooperação com o mundo artístico e suas diversidades expressivas. A gestão cultural implica uma valorização dos intangíveis e assumir a gestão do opinável e subjetivo. A gestão da cultura há de encontrar os referentes próprios de sua ação adaptando-se a suas particularidades e encontrar uma forma de evidenciar, de forma muito diferente, os critérios de eficácia, eficiência e avaliação. (CUNHA, 2013, p.16)

Isso nos permite refletir que a área cultural deve “estabelecer um patamar de igualdade nos embates institucionais com os demais setores que compõem a sua estrutura organizacional” (CUNHA, 2013, p. 16), não sendo mais caracterizada como um setor sem importância, sem credibilidade e gerido no “improvisado”. Desta forma, a gestão cultural surge como mais uma possibilidade de atuação profissional no campo da cultura e de relevância no cenário cultural.

Vale ressaltar que a profissionalização e os estudos no campo da gestão cultural são recentes, e ainda há muito que se aprimorar, principalmente, no que se refere à gestão de espaços culturais. Segundo Rosa Vilas Boas, trabalhar com gestão de espaços culturais ou projetos culturais exige um “conhecimento que proporcione uma atuação reflexiva, crítica e especializada.” (BOAS, 2005, p. 100). Do ponto de vista da reflexão e da crítica, necessita-se da compreensão do papel desta atuação no desenvolvimento cultural, social, artístico, tendo consciência do que se pretende atingir. E, do ponto de vista da especialização, ressalta-se a importância do conhecimento das ferramentas de gestão, que possibilita o planejamento adequado e avaliação das ações, dos recursos humanos e financeiros.

As ferramentas de gestão normalmente são entendidas como instrumentos para áreas empresariais e burocráticas, o que para o campo cultural pode parecer, muitas vezes, inadequado. No entanto, a utilização dessas ferramentas pode contribuir bastante para um melhor funcionamento dos espaços, sem perder o foco para ações culturais e criativas. Não há um modelo padrão de planejamento, mas algumas etapas são apresentadas como fundamentais para a gestão de qualquer modalidade de empreendimento e instituições, a exemplo de se ter um diagnóstico da instituição no que se refere ao seu ambiente interno e externo, elaborar um planejamento com base nos objetivos e resultados que se pretende atingir, definir prazos, ter clareza das estratégias e de que forma serão executadas, realizar avaliações contínuas sobre o equipamento, etc.

Outras etapas também são essenciais e estão diretamente relacionadas à atuação do gestor, como ter clareza de quais são as atividades fundamentais para a definição de sua programação; manter uma comunicação efetiva com os públicos ao qual se destina, buscando compreender suas necessidades, se relacionando com o lugar onde vivem, conhecendo seus hábitos; ter uma preocupação com a infraestrutura e manutenção do espaço, tornando um local acessível a todos, sem perder suas características e perfil; manter um diálogo aberto e participativo com a equipe, potencializando conhecimentos, interação e produção de cada um.

Boas (2005) destaca a necessidade de construir um mercado cultural ético e diferenciado, onde a competição dá lugar ao trabalho em parceria, o *marketing* deixa de ser um instrumento apenas comercial, para assumir-se de forma criativa, inteligente na captação de recursos e de valorização das ações culturais, de maneira que o projeto cultural, produto ou equipamento tenham uma real importância e interesse para os diversos públicos, artistas, patrocinadores etc.

Acreditamos em um terceiro vetor de mercado, que realiza na construção de caminhos capazes de fazer dialogar um projeto e/ou produto original que congregue os patrocinadores, a mídia e a sociedade, uma possibilidade de vias, sempre com mais de uma mão, nas quais seja possível a troca de valores, parcerias, de modo a tornarem sustentáveis e profissionais esses projetos [...] Temos que perder o pudor e entender a cultura como uma atividade que precisa de sustentabilidade e lucro. Para isso devemos vencer o preconceito que vê as ferramentas de gestão como instrumentos complicados e burocráticos, que não se adequam às questões culturais. (BOAS, 2005, p. 102).

O equipamento cultural tem uma grande importância no mercado cultural e no fluxo das atividades culturais. São nesses espaços por onde passam as criações, por onde se forma, seja através de oficinas, ou atividades mais reflexivas como os debates e seminários. São nesses espaços de fruição que os grupos se organizam e se estabelecem, onde os diálogos e interações culturais podem acontecer, sejam com produtores, artistas, patrocinadores ou com o próprio público. É o lugar onde se reúnem as atividades mais conhecidas, popularmente, como culturais, onde os sujeitos estabelecem novos sentidos e experiências. Marta Porto (*apud*, CUNHA, 2013, p. 19) afirma que “espaço cultural é um lugar de constituição de experiências, de alargamento do espaço-tempo do sujeito a partir do contato com situações, com obras, com atividades que afetam os seus sentidos, promovendo desejos, fantasias, sonhos, apreensão de conhecimentos ou, simplesmente, emoção”. Portanto, é fundamental que o equipamento cultural tenha clareza de sua gestão e em que contexto está introduzido, possibilitando uma melhor atuação no mercado cultural.

Diante dessas colocações, o que podemos perceber é que o campo da gestão cultural no Brasil ainda está em processo de amadurecimento, bem como os estudos sobre equipamentos culturais. Existe ainda uma carência de análise e de indicadores do setor cultural sobre o funcionamento, utilização, natureza, distribuição dos equipamentos culturais e também sobre seus públicos, compreendendo em que contextos esses espaços se encontram e de que modo eles estão inseridos na cidade. Botelho, em seu texto “*Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública*” (2003), mostra que há um desequilíbrio na distribuição espacial dos equipamentos na cidade de São Paulo, e que a vida cultural da população não está diretamente ligada aos produtos e práticas consideradas legítimas, como ir ao teatro, museu, centros culturais etc, práticas ofertadas por esses equipamentos e de preocupação dos gestores. Outras práticas também se fazem presente no cotidiano da população, como por exemplo, o consumo de eletrônicos, produtos da indústria cultural e o lazer cultural. Isso mostra à necessidade de se pensar a cultura numa dimensão mais ampla, bem como as atividades propostas pelos equipamentos culturais.

O quadro de Salvador não é muito diferente. Se analisarmos a distribuição espacial dos equipamentos culturais da cidade, percebemos que o mesmo acontece, a distribuição é desigual. De acordo a pesquisa “*Um mapa dos teatros de Salvador*” (NUSSBAUMER et al, 2005), dos 32 teatros mapeados, 50% estão localizados na região central, em áreas que possuem uma infraestrutura urbana de maior acessibilidade, serviços e concentração de uma população com maior poder aquisitivo. Há poucos e até uma ausência total de equipamentos culturais em bairros mais distantes, o que intensifica as desigualdades de fruição, participação, formação dessa população com os bens culturais e artísticos.

Lilian Vaz e Paola Jacques (2003) observam que a concentração dos equipamentos em determinado lugar da cidade gera também sociabilidades específicas, formando grupos sociais a partir de suas características específicas e segregando mais os espaços.

Gerados ou não por políticas ou planos de intervenção urbana, observamos certas dinâmicas que resultam em uma convergência e uma aglomeração de equipamentos culturais em áreas restritas, ou lugares culturais. Essa concentração de equipamentos culturais por tipos, ao quais se agregam atividades afins e onde se encontram seus frequentadores, geram também sociabilidades específicas e suas atividades de lazer e de cultura, seus espaços, suas preferências artísticas, culinárias, de modas, etc. (VAZ; JACQUES, 2003, p. 11).

Esse processo intensifica as desigualdades espaciais, permitindo que apenas alguns equipamentos culturais, bem como seu entorno, sejam notados pelos visitantes, produtores e

amparados pelos órgãos públicos ou privados. As outras regiões da cidade tornam-se uma “zona sem cultura”, desprovidas de equipamentos e de iniciativas culturais.

Em Salvador, apesar de existir uma concentração significativa de equipamentos culturais na região central da cidade, essa zona vive um processo de deslocamento da sua população para novas regiões, o que reflete diretamente também na funcionalidade e ocupação desses espaços localizados no Centro. Ou seja, os equipamentos não seguem o fluxo da cidade se deslocando para novos centros - o que proporcionaria uma distribuição mais equilibrada dos serviços culturais. Sendo assim, a questão que surge é: como esses equipamentos mantêm suas atividades ativas e, principalmente, como a população do entorno se relaciona com estes espaços e vice-versa?

De acordo com Botelho, por muito tempo “acreditou-se que o essencial era construir centros de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população...” (2003, p. 2), porém, sabe-se hoje que colocar a disposição os equipamentos culturais para a população não é o suficiente para uma democracia cultural. “Trata-se sim, de aceitar a diversidade de padrões de cultura e, considerado o conjunto do que é produzido e colocado à disposição, observar de forma mais efetiva a existência de vários públicos” (2003, p 2). Desse modo, além da questão da distribuição geográfica, é necessário levar em conta a diversidade de públicos e os diferentes padrões e experiências culturais que interferem nas possibilidades de escolhas e gosto e na frequência a espaços culturais.

Conhecer melhor os públicos da cultura tem sido um desafio para os gestores culturais em elaborar iniciativas que atendam às reais necessidades da população. Daí a necessidade de pesquisas, indicadores que ajudem no diagnóstico e análise das diversas camadas da área cultural. São poucos, quase nulos, os indicadores a nível nacional, estadual e municipal. Na verdade, existem pesquisas sendo realizadas, porém não há uma sistematização dessas informações e, principalmente, divulgação para que todos tenham acesso.

Em Salvador, as pesquisas sobre equipamentos e públicos culturais ainda são escassas, não existem informações sistemáticas sobre o cenário cultural soteropolitano, dados que possam servir de suporte no planejamento e gestão dos equipamentos, públicos ou privados. Recentemente foi criado pela Secretária de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA) o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC), que funciona como um banco de dados de indicadores e pesquisas sobre a área e como cadastramento cultural. Entretanto, ainda não é possível encontrar muitos outros dados sobre o campo cultural.

A dificuldade no levantamento de dados se dá também nos equipamentos culturais. Muitos dos equipamentos de Salvador não realizam ações que busquem identificar seus públicos, de maneira a avaliar seu perfil e necessidades de melhorias do local. Os que realizam pesquisas, na maioria das vezes visam apenas à construção de um cadastramento de dados para envio de malas-diretas, sendo a principal justificativa não disporem de recursos e equipe especializada que possa levantar esses dados.

No entanto, a questão sobre a presença dos públicos nos equipamentos vai além deste aspecto. A formação de público para a cultura implica numa política pública que possibilite um diálogo contínuo entre educação, cultura e comunicação, que não trate o público como aquele que precisa ser formado, qualificado para compreender determinada obra, mas aquele que também produz cultura, quer frequentar os espaços e se empoderar como cidadão. “O trabalho passa a ser o de descobrir e produzir convergências por meio da participação ativa e, por consequência, cidadania, sem negar ou eliminar, no entanto, as divergências, ao contrário, considerando-as como fator inerente ao processo político caracterizado, fundamentalmente, por relações de alteridade e conflito”. (BARROS, 2013, p.6).

Além da questão da formação de públicos, outro ponto que se apresenta como fundamental para atuação e permanência dos equipamentos culturais é a sua relação com a cidade, o entorno em que está localizado e principalmente o diálogo constante com o governo municipal, no intuito de estabelecer uma participação forte e ativa no cenário cultural da cidade e cobrar que os mecanismos e políticas sejam implementadas e asseguradas. Portanto, os processos de criação, produção, manutenção e cuidado com os equipamentos culturais precisam ter primeiramente uma relação direta com a cidade, para depois circular, realizar trocas com outros lugares, que possibilite trazer grupos de outros estados e países. Então, a cadeia produtiva da cultura precisa estabelecer uma relação primeira com a cidade e com a população local.

Isso vale também na relação da classe artística e cultural com o governo municipal, em cobrar articulação e posicionamento, garantindo apoio no fomento de iniciativas para área. Em Salvador, como já relatado, o governo municipal tem uma atuação ainda muito pulverizada e pequena com relação ao apoio a equipamentos culturais, grupos e coletivos. Na esfera estadual, podemos identificar alguns mecanismos de apoio aos equipamentos culturais.

Desde 2007, através de recursos do Fundo de Cultura da SECULT-BA, o programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais fomenta as atividades regularmente desenvolvidas por organizações culturais privadas sem fins lucrativos, com intuito de contribuir como uma fonte de recurso complementar na manutenção e funcionamento das

instituições. Em 2012, houve uma alteração no programa que possibilitou que as instituições aprovadas garantissem recurso financeiro por três anos consecutivos.

Atualmente são 15 instituições culturais dentre teatros, museus, fundações, grupos e institutos que recebem um apoio financeiro através do programa. Das 15 instituições, dez são de Salvador e cinco do interior da Bahia, o que mostra ainda a concentração de uma política e de ações voltadas para a capital, apesar da crescente territorialização cultural. É o único programa no estado em que equipamentos voltados para atividades culturais e artísticas, com mais de três anos de atuação, podem concorrer e garantir um recurso de manutenção e desenvolvimento de suas atividades em médio/longo prazo.

Além do programa, o Estado ainda possui mais dois editais em apoio aos equipamentos, também através de recursos do Fundo de Cultura, que são o edital de Dinamização de Espaços Culturais e o edital de Grupos e Coletivos Culturais. Esse último não está diretamente ligado aos equipamentos, mais acaba por abarcar os espaços de certa forma.

O edital de Dinamização de Espaços Culturais foi lançado em 2012 com o objetivo de apoiar propostas que tenham atividades de formação e difusão das expressões culturais, em equipamentos culturais, num período máximo de seis meses a um ano. No ano de 2014 foram 17 propostas aprovadas em 11 Territórios de Identidade do estado. Já o edital de Grupos e Coletivos Culturais, foi lançado em 2013 com o propósito de apoiar, num período de dois anos, grupos e coletivos que desenvolvem trabalhos artísticos continuados, com a possibilidade de renovação do apoio por mais dois anos.

Esse edital não está diretamente ligado aos equipamentos culturais, mas de certa forma, acaba por atingi-los. Muitos dos grupos e coletivos culturais baianos recorrem aos equipamentos tanto para agendar suas apresentações como para ocupar o espaço enquanto grupo residente. Deste modo, o edital acaba por contemplar equipamentos culturais, visto que muitos dos grupos culturais da cidade não possuem uma sede fixa para o processo de criação e ensaios, tendo no edital a possibilidade de alugar um espaço para tal. Assim, muitos recorrem aos equipamentos por já possuírem uma estrutura adequada para os processos artísticos. Por outro lado, podemos pensar também que o edital contribui para o surgimento de outros espaços culturais, a partir do momento em que estes grupos têm a opção de alugar espaços/salas diversas para este fim cultural.

Nesse contexto estão inseridos dois dos equipamentos culturais objetos de estudo deste trabalho, a Casa Preta e o Teatro Gamboa Nova. Ambos os equipamentos estão situados no bairro do Dois de Julho e são mantidos com apoio do governo estadual. Entretanto, um

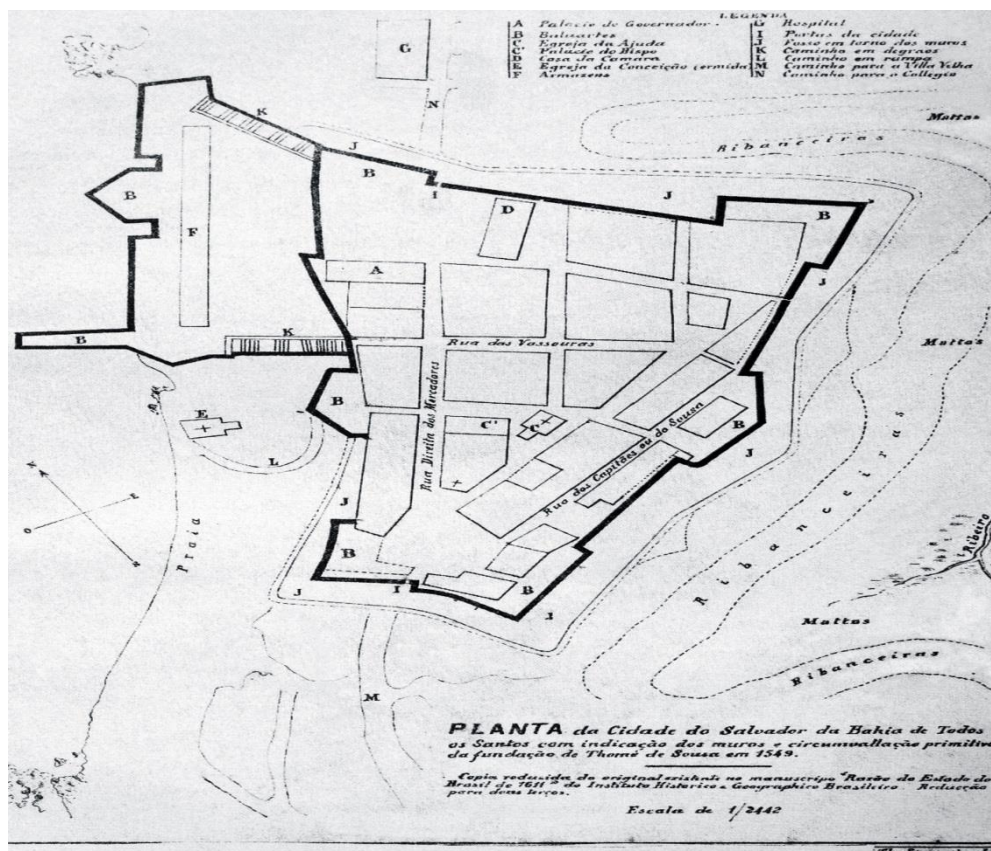
apoio financeiro unilateral, acaba restringindo a atuação dos equipamentos culturais, visto que a instância estadual aparece como única via de fomento e a municipal, que deveria ter uma atuação prioritária, não possui representatividade. Os equipamentos acabam tendo uma atuação restrita, com calendários e orçamentos apertados, inviabilizando ações com maior proximidade das realidades e dinâmicas do local que está inserido. Para os equipamentos culturais, ocupar um espaço importante na política cultural municipal, pode significar a ampliação da atuação e da criação de vínculos que estimulam o interesse permanente pelos equipamentos enquanto espaço que promove integração e fruição das atividades artísticas e culturais do local.

2. O BAIRRO DOIS DE JULHO

2.1 O bairro e sua história

Antes mesmo de se chamar Dois de Julho, o bairro pertencia a Freguesia de São Pedro nas proximidades da Rua de Baixo de São Bento, atual Avenida Carlos Gomes. No século XVI, a região do Dois de Julho fazia parte da rota comercial dos portugueses em direção a Vila Velha (atualmente Corredor da Vitória), rota de encontro entre duas vilas da cidade. O bairro foi palco de torturas dos condenados que seguiam em direção a Rua da Forca, ligação entre o Largo Dois de Julho e a Praça Piedade, e de grandes homenagens à Independência da Bahia, uma das comemorações mais importantes da cidade de Salvador e que levou ao nome do bairro. “É logradouro da segunda metade do século passado e seu batismo registra a data da Independência da Bahia, ocorrida em dois de julho de 1823. Teve duas denominações anteriores: Praça Duque de Caxias e Praça Inocência Galvão”. (DOREA, 2006, p. 105).

Figura 01 - Planta da cidade de Salvador no séc. XVI



(A letra M refere-se ao caminho de acesso para a Vila Velha)

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. **História da fundação da Cidade do Salvador**: obra póstuma. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949.

Em 1866, o Largo do Dois de Julho chamava-se Acioli, referindo-se ao militar Marechal José Ignácio Acioli, antigo proprietário de um sobrado do séc. XIX. No largo existia também um chafariz que levava o nome de “A Cabocla do dois de julho” - imagem de um índio matando um dragão. O chafariz contribuía para o abastecimento de água da região, se tornando um local de encontro da população soteropolitana, depois foi levado para o Largo dos Aflitos onde se encontra até os dias atuais. No largo acontecia também a finalização do cortejo comemorativo à Independência da Bahia.

Conhecido não apenas pela Independência da Bahia, o Dois de Julho foi palco de outras manifestações populares importantes na história da cidade, a exemplo da Revolta dos Alfaiates, em 1798. Foi pela Rua da Forca – rua que levava ao enforcamento na Praça Piedade - que passou o cortejo com os quatro participantes do movimento condenados à execução em 1799. Hoje, a Rua da Forca concentra uma diversidade de bares e restaurantes. A Rua do Cabeça também é bastante conhecida pela história de que deu origem ao seu nome. “No período da Bahia Colonial, a matança de gado se fazia nas imediações do mosteiro de São Bento e o comércio dos seus subprodutos espalhava-se por diversas ruas ali por perto, em açougues ou simples tabuleiros”. (DOREA, 2006, p. 155). Costumava-se expor naquela via as cabeças de gados que estavam à venda, daí o seu batismo como Rua da Cabeça, que com o passar do tempo foi rebatizada como Rua do Cabeça. Nos dias atuais ainda é possível encontrar muitos açougues, porém existem também outros estabelecimentos: padarias, armarinhos, lojas de tecido etc.

As peculiaridades do bairro Dois de Julho foram construídas historicamente e são refletidas até os dias atuais. Entre as décadas de 1960 a 1980 foi marcado pela sua boemia, vida cultural e ponto de encontro de artistas e intelectuais. Era também um lugar bastante frequentado pela elite econômica de Salvador. É possível notar essas características através dos espaços existentes na época, conhecendo um pouco da sua história enquanto bairro cultural.

O Clube dos Fantoques da Euterpe, situado na Rua Democrata desde 1937, nos permite lembrar os bailes de carnaval. O local realizava os bailes carnavalescos com grandes carros alegóricos e desfiles de fantasias. Outros espaços como o Cine Capri, a boate Clock e o bar Anjo Azul, permitem conhecer um pouco dos espaços culturais da época. O Cine Capri foi inaugurado no final de 1965, com 768 poltronas e era um dos cinemas mais requintados da cidade. Em 1981, um incêndio destruiu todo o prédio, sendo reaberto depois como um hotel, atualmente Hotel Capri. A boate Clock funcionava na parte inferior do Hotel Paraíso, um antigo casarão com 39 quartos e conhecido pelas festas que aconteciam na boate.

Hoje, o hotel funciona apenas com aluguel de quartos e chama-se Clock. O bar Anjo Azul também foi um espaço bastante frequentado pela sociedade, principalmente por artistas. O bar foi fundado pelo antiquário José de Souza Pedreira e pelo pintor Carlos Bastos no final da década de 40, e ficava situado em um sobrado na Rua do Cabeça. Era um espaço de encontro e troca de ideias entre intelectuais e funcionava também como uma galeria de arte por onde passaram obras de vários artistas baianos. O sobrado foi demolido em 1978, extinguindo o bar Anjo Azul.

Além desses espaços, tantos outros caracterizavam o bairro como um lugar onde a vida cultural da cidade estava fortemente ativa. No vídeo “Memórias do 2 de Julho”³, realizado pelo grupo de pesquisa Lugar Comum, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), moradores do bairro relatam a existência de uma feira livre como uma referência para a comunidade. A feira era semanal, a movimentação começava nas sextas-feiras à noite e se prolongava até o sábado, estendia-se da Rua Democrata à Rua do Cabeça. De caráter popular, a feira do Dois de Julho atraía um público de vários lugares da cidade, era frequentada com várias finalidades, além do comércio. Ali aconteciam ao mesmo tempo encontros estudantis, manifestações, atividades culturais, ao longo da feira. Era um local de sociabilidade entre moradores e frequentadores, numa época em que era explicitamente proibida aglomeração de pessoas. Com o passar do tempo, a feira foi transferida para onde atualmente é o Vale dos Barris.

Com a expansão urbana, no final da década de 80 é visível a transformação da cidade de Salvador, se intensificando na década de 90. O Centro Antigo passou por um processo de abandono e degradação, tornando-se uma área basicamente comercial. Os grandes casarões presentes na região foram vendidos pelos proprietários que não tinham mais interesse em morar no Centro, ou foram abandonados, entrando em ruínas. O Dois de Julho, com o passar do tempo, vai sendo ocupado por pequenos comerciantes, ambulantes de outras regiões da cidade; além disso, a violência e a presença de moradores de rua e dependentes químicos se intensificaram durante anos.

Em 2003, no governo de Antônio Imbassahy, o largo do Dois de Julho passou por uma revitalização e reurbanização. O arquiteto canadense San Bradley foi o idealizador e quem esteve à frente na execução do projeto de requalificação do largo, com o objetivo de reverter o quadro de decadência e proporcionar um espaço de sociabilização e autoestima para os

³ Vídeo produzido pelo grupo de pesquisa Lugar Comum - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU da UFBA, em dezembro de 2013. Disponível em < <https://youtu.be/MoPQwaaUxFI> > Último acesso em Mai de 2015.

moradores⁴. A revitalização proporcionou uma mudança na paisagem do bairro, porém os problemas como coleta irregular de lixo, estreitamento das calçadas, a falta de segurança pública perduram até os dias atuais. No entanto, apesar das mudanças, o bairro ainda se configura como um lugar que tenta manter características de décadas anteriores, perceptível em sua arquitetura, nas relações cotidianas entre os vizinhos, no mercado informal, nos empreendimentos de tradição familiar etc.

Hoje, o Dois de Julho encontra-se na Região Administrativa I do Município de Salvador, definida pela Lei Municipal Nº 7.400/2008, que instituiu o vigente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU) e faz parte também do Centro Antigo de Salvador, cuja delimitação foi estabelecida pelo Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS). Com aproximadamente, 15.695 habitantes na região, de acordo com Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), o bairro também se insere na Macroárea de Requalificação Urbana, ocupando uma área onde a predominância é de pessoas com renda média e baixa.

A Macroárea de Requalificação Urbana compreende áreas de ocupação consolidada, com boas condições de acessibilidade e de infraestrutura, dotadas de equipamentos e serviços urbanos, em que se concentram atividades diversificadas com significativa oferta de postos de trabalho, mas que vêm apresentando tendência à perda de população e à evasão da atividade econômica, com efeitos na qualidade dos espaços e na ociosidade e desvalorização do patrimônio imobiliário existente. (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012, p. 2)

Apesar da sua precária infraestrutura, com fortes necessidades de melhorias, a localização do Dois de Julho permite que seus moradores tenham uma facilidade ao acesso à malha viária do município, a diversos serviços e atividades do Centro Antigo. Além de se articular com as avenidas da Carlos Gomes, Sete de Setembro e a Avenida Contorno, também possibilita o acesso às vias náuticas, pela proximidade com os atracadouros da Gamboa e do Comércio. Vale ressaltar que o Dois de Julho está situado em “área protegida pela Lei Municipal Nº 3.289/83, que criou e institucionalizou a APCP 01 - Área de Proteção Cultural e Paisagística.” (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012, p.4) voltada para uma das vistas mais belas da cidade, a Baía de Todos os Santos, segunda maior baía do mundo, sendo a maior em extensão navegável, fatores esses que atraem grandes investimentos.

⁴ HISTÓRIA RESTAURADA. Salvador: Correio da Bahia, 2003, p.8. Disponível em: <<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/historiarestaurada.pdf>>. Último acesso em 20 de maio de 2015.

De acordo com a pesquisa “*Centro Antigo de Salvador: Uma região em debate*” (2011), tema da segunda edição da revista *Infocultura*, produzida pela SECULT-BA, o Centro Antigo possui uma concentração de pessoas da terceira idade, que ali permaneceram.

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), desenvolvida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no intervalo de 2005 - 2007, 93% da população de Salvador tinha mais de 60 anos. A proporção era significativamente maior no Centro Antigo, onde 14,6% dos moradores do Centro Histórico e 15,1% dos habitantes do entorno estavam acima da idade (INFOCULTURA, 2011, p. 7).

A pesquisa identificou também a grande presença do sexo feminino na região, onde 57% dos moradores eram mulheres e uma porcentagem significativa de pessoas recém-imigradas, principalmente, jovens entre 18 a 24 anos (28,8%). Os dados da pesquisa mostram também que a região do Centro Antigo possui uma população com grau escolaridade elevada, mais que a média da população de Salvador. Esse levantamento nos permite atentar para a necessidade de investir em políticas que atenda aos interesses dessa população, sejam sociais, culturais e urbanas, de forma que essa população tenha melhores condições de transporte, lazer, saúde etc.

Atualmente, o Dois de Julho é alvo de projetos de intervenção urbana centrada em grandes empreendimentos de luxo que visam interesses de empresas privadas em detrimento das reivindicações dos moradores, como foi o caso do projeto *Cluster Santa Teresa*. Diante dessas requalificações, o bairro vive um processo de desapropriação dos imóveis e crescentes especulações imobiliárias, um indicativo de saída dos moradores antigos. Segundo Laila Mourad e Glória Figueiredo, esse projetos de requalificação visam “transformar o bairro Dois de Julho num espaço para gerar lucros imobiliários, remoção de atividades e populações de menor renda e abertura de frentes de expansão imobiliária para o capital corporativo [...]” (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012, p. 16). Opondo-se a esse tipo de requalificação, é necessária uma política que vise

Consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, restituir à estima pública, criar a partir do que está dado, manter o tecido urbano o mais inalterado possível, valorizar a vida econômica, cultural e social, realizar adaptações necessárias nos equipamentos, na infraestrutura e espaços públicos, melhorar as condições de habitabilidade dos imóveis existentes, mantendo usos e a população da área. (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012, p. 16).

O Dois de Julho precisa de uma revitalização com base nos interesses coletivos, no embate de ideias e diálogos com a população, que potencialize as possibilidades do bairro e

do Centro Antigo como “centralidade metropolitana tradicional e popular; como centralidade de articulação com a Baía de Todos os Santos [...] e como centralidade cultural, política e simbólica da construção da cidade democrática e inclusiva”⁵. Portanto, reafirmar o Dois de Julho como lugar reconhecido por sua história e resistência, fortalecendo seu patrimônio cultural, e mantendo sua população e usos da área por meio de um processo participativo.

⁵ CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: UMA REGIÃO EM DEBATE. Bahia. Revista Infocultura: Informativo Da Secretária De Cultural Do Estado Da Bahia. 2011, p. 33

o público possa ter acesso a trabalhos que não estão inseridos em circuitos massificadores, dando oportunidade assim, aos artistas não patrocinados.

Casa Preta

A Casa está situada na Rua Areal de Cima. Em 2004 foi comprada pelo arquiteto e professor da UFBA Sergio Ekerman, que pretendia reforma a casa para uso residencial, porém não finalizou sua ideia. Até que em meados de 2009, o Núcleo Vagapara foi o primeiro grupo de artistas a ocupar a casa. Atualmente, funciona como sede de três grupos artísticos: o grupo Vilavox, o Atelier de Cenografia de Mauricio Pedrosa e a Aldeia – Coletivo Cênico com Luiz Guimarães. Os grupos pagam aluguel e tem o intuito de estabelecer a casa como um espaço de criação para as suas produções. No entanto, a Casa Preta realiza também apresentações cênicas e musicais, através dos próprios grupos residentes ou pelo aluguel de pauta. A capacidade de público varia de acordo com as características da apresentação e em qual ambiente da casa será realizada. Caso as apresentações ocorram na sala principal, a capacidade máxima é de 25 pessoas; no jardim a capacidade máxima é de até 60 a 70 pessoas; a capacidade máxima para ocupação de todos os ambientes chega 300 pessoas. As apresentações, normalmente, acontecem de sexta-feira a domingo, nos horários de 19:00 ou 20:00 horas.

Amsterdam Pop Club

A casa de show Amsterdam Pop Club foi fundada em 2012 pelos mesmos donos da San Sebastian, localizada no Rio Vermelho. A Amsterdam está situada no Mirante dos Aflitos, onde existia o antigo Bahia Café dos Aflitos. Com o intuito de abrigar festas nos ritmos pop e eletrônico, a Amsterdam recebe um público jovem, entre 18 a 24 anos. Os horários de funcionamento da casa são, normalmente, as sextas-feiras e sábados das 22:00 às 06:00 horas. A casa possui um quadro total de 25 funcionários e tem capacidade para 500 pessoas.

Museu de Arte Sacra

Criado em 1957 e inaugurado em 1959 pelo professor Edgard Santos – uma parceria entre a Arquidiocese de Salvador e a UFBA, o prédio em que está o museu era o antigo convento de Santa Teresa D'Ávila, que abrigava a Ordem dos Carmelitas Descalços, em meados do século XVII. Com um acervo de mais de cinco mil peças, o museu atualmente é um dos mais importantes do gênero nas Américas, não apenas por suas obras, expostas no

interior do museu, mas também pela belíssima e rica arquitetura. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o museu possui, além da igreja, sacristia, coro, capela interior, refeitório, sala de capítulo e biblioteca, o conjunto dispõe de 16 salões, 12 salas, 10 celas, onde encontram-se pinturas e esculturas barrocas, pratarias, ourivesaria, azulejaria, imagens raras da arte luso-brasileira, bustos e relicário. Aberto ao público, o museu disponibiliza serviço de visita em grupo, programadas, mas não oferecem serviços de guias. O museu está localizado na Rua do Sodré e funciona semanalmente de segunda a sexta-feira, das 11h30 às 17h30, com valores de cinco reais e entrada franca para alunos da UFBA.

Clube Fantoques da Euterpe

Fundado em 1884, o Clube Fantoques da Euterpe foi um dos pioneiros nos bailes de carnaval da cidade. Na época dos grandes bailes carnavalescos, existiam três clubes principais: Clubes Fantoques Carnavalesco da Euterpe, Clube Cruz Vermelha e Clube Inocência e Progresso. Nesses espaços aconteciam bailes de carnaval, desfile para a escolha da melhor rainha da folia e também a construção dos carros alegóricos que circulavam pelas ruas de Salvador. Formado por mais de três mil sócios, muitos dos quais já falecidos, era um dos clubes mais requintados da cidade.

Com o passar dos anos, os bailes de rua e clubes foram dando lugar aos grandes trios elétricos. Muitos clubes foram fechados, porém o Clube Fantoques, mesmo com dificuldades, resistiu aos novos modelos do carnaval. Mesmo não realizando os bailes carnavalescos e desfiles, o Clube Fantoques continuou abrindo suas portas para as apresentações musicais. Com o aluguel da pauta no valor de dois mil reais, os proprietários conseguiram manter o espaço em funcionamento. Depois de passar por uma pequena reforma, o Clube Fantoques recebeu o Bloco dos Mascarados, em 2011, com o intuito de retomar os grandes bailes carnavalescos a fantasia.

Os shows normalmente são realizados a noite, com capacidade para três mil pessoas. Os preços da casa variam de acordo com as produções. Além dos shows, são realizados casamentos, formaturas e aniversários. Em 2015, o clube completa 131 anos de existência, porém no ano passado foi embargado pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM) por falta de alvará e plano de segurança e emergência aprovado. O espaço está também com débitos com a prefeitura, a exemplo do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU).

Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA)

O Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA) está localizado no conjunto arquitetônico Solar do Unhão, edificação do séc. XVII. Em 1959, o espaço foi restaurado pela arquiteta Lina Bo Bardi, e passa a sediar o MAM-BA no ano de 1963. Com a proposta de se constituir como museus-escola, projeto idealizado por Lina Bo Bardi, o MAM oferece oficinas e cursos de diversas técnicas artísticas, sendo durante muito tempo uma opção para os artistas que não adentravam a Escolas de Belas Artes da UFBA. O MAM-BA possui também espaços expositivos sendo um dos museus mais importante da Bahia, recebendo cerca de 200 mil pessoas por ano. No MAM acontece também o projeto JAM no MAM, idealizado pela produtora Huol Criações com o objetivo de realizar todos os sábados apresentações musicais, baseada no estilo das *jam sessions*. Em 2014, junto com a Secretária de Cultura do Estado da Bahia, o MAM-BA lançou a 3ª Bienal da Bahia que teve duração de 100 dias, envolvendo cerca de 150 artistas e 200 obras que instaladas em Salvador e outras nove cidades do interior baiano.

Âncora do Marujo

O Âncora do Marujo está localizado na Rua Carlos Gomes. Funciona como bar e palco de apresentações de diversas transformistas da cidade, sendo um local bastante frequentado pela comunidade LGBT e um dos principais lugares dedicados aos shows de transformistas, que interpretam cantoras da música brasileira e internacional. As apresentações musicais acontecem de terça a domingo, a partir da 23:00. Em 2014, o diretor baiano Victor Nascimento lançou o “Âncora do Marujo - O Filme” que conta a história do lugar, seus frequentadores e transformistas, tendo com protagonistas: Valerie O'arah, Fernando, Angélica, Carine Bergman e Larissa Bravo.

2) Feira e Vila

Feira do Dois de Julho

A feira livre do Dois de Julho era a maior referência de espaço de sociabilidade e lazer para os moradores do bairro. A feira era semanal, começava na sexta-feira a noite e durava até o sábado, se estendia da Rua Democrata até a Rua do Cabeça, formando um grande corredor próximo ao largo. Era um ponto de encontro para os moradores do local e de outros bairros do entorno. Funcionava como um espaço onde diversas atividades aconteciam, além do comércio. Há relatos de que com o passar dos anos, principalmente depois da década de 80, a feira foi transferida para o Vale dos Barris, deixando de existir no Dois de Julho. Atualmente,

o que encontramos são pequenos comerciantes de outras áreas da cidade que trabalham no local, pequenas barracas de frutas e hortaliças espalhadas pelo bairro.

Vila Coração de Maria

A Vila Coração de Maria existe a mais de 40 anos, está localizada na Rua Democrata e é de propriedade da Irmandade São Pedro dos Clérigos – Igreja situada no Terreiro de Jesus. A Vila possui sete casas, estruturadas desde o século XIX, e fica ao lado da igreja Sagrado Coração de Maria. Ali moram pessoas que vivem a mais de 40 anos no local, sendo um lugar respeitado do por todos e cheio de memórias do bairro. Por ser um lugar bastante visitado por estudantes e artistas, a Vila já foi local de realização de algumas atividades culturais para a comunidade, como exibição de filmes e apresentações musicais. A Vila fez parte também do Circuito Cultural 2 de Julho, na 3ª Bienal da Bahia, em 2014.

Desde 2007 os moradores da Vila Coração de Maria vem recebendo notificações de despejo por parte dos oficiais de justiça. A Irmandade São Pedro dos Clérigos, proprietária do imóvel, pretende vender as casas para a empresa Garcez Engenharia, interessada em construir um prédio para estacionamento de carros. Desde então, os moradores da vila vem enfrentando ameaças de expulsão. Junto com o Movimento “Nosso Bairro é o Dois de Julho”, a comunidade vem se posicionando através de audiências públicas com vereadores, manifestações contra a venda da Vila e intervenções que vem acontecendo no bairro.

3) Bares e Restaurantes

Lider

O Lider é um dos restaurantes mais conhecidos e tradicionais do bairro. Fundado em 1975, é até os dias de hoje o ponto de encontro dos trabalhadores do local, o que propicia uma clientela fixa. Possui dois ambientes: um na parte de acesso ao bar, no térreo, e outro no segundo andar. É também um dos poucos restaurantes do bairro que funciona até às quatro da madrugada, o que é um atrativo para frequentadores de outras regiões. O Lider se destaca nesse aspecto, mesmo se levarmos em consideração a grande insegurança que o bairro vem vivenciando. Manoel trabalha como garçom do bar há 32 anos, é um dos funcionários mais antigos e conhecidos do local. Informa que a frequência de pessoas no bairro varia, recebendo mais clientes a noite durante a semana, e que a clientela dobrava quando ocorriam os eventos no Clube Fantoches. O bar possui atualmente 25 funcionários e comporta uma média de 80 pessoas sentadas.

Mocambinho

Situado na Rua do Faísca, o Mocambinho Bar foi inaugurado em 2007 pela gastrológa Ilza Barbosa e a atriz Auristela Sá. O bar é conhecido pela sua simplicidade e diversidade de cachaças de várias regiões da Bahia, recebe um público alternativo e GLS. Bastante frequentado por artistas da cidade, funciona de terça a sábado, das 18:00 às 02:00 horas, é também um dos mais conhecidos e frequentados por pessoas que moram no entorno do Dois de Julho.

Porto Moreira

De tradição familiar, o restaurante Porto Moreira foi fundado em 1938, pelo imigrante português José Moreira. Funcionando há 76 anos, está localizado no Largo do Mocambinho, voltado para Avenida Carlos Gomes (conhecido por Largo das Flores, por causa da enorme quantidade de floristas instalados), o restaurante é marcado por suas típicas comidas portuguesas e brasileiras. Em 1975, com o falecimento de José Moreira, o restaurante passou a ser administrado pelos seus dois filhos, Antônio e Francisco Moreira, que continuaram com o empreendimento do pai, sem mudar suas características, fidelizando a clientela.

É um espaço conhecido por reunir diferentes camadas da população, servindo como ponto de encontro de artistas, colunistas de jornal, políticos, moradores e trabalhadores do entorno. Foi por muitos anos ponto de encontro dos sambistas baianos Batatinha, Ederaldo Gentil, Riachão, Edil Pacheco e Nelson Rufino. Além da típica comida, um dos atrativos do restaurante são suas paredes cobertas de fotos familiares, registros de jornais sobre sua história, permitindo que muitos clientes relembrem os momentos e fatos passados.

O restaurante é pequeno e tem um aspecto de boteco, funciona semanalmente de segunda-feira a domingo, das 11:00 às 15:00 horas, tem capacidade para 70 pessoas.

Toalha da Saudade (Casa de Batatinha)

O bar Toalha da Saudade, conhecido também como Casa de Batatinha, foi fundado em 1982 e está localizado na Rua Gabriel Soares (Ladeira dos Aflitos). A casa é administrada pelos filhos e netos do sambista Batatinha (Oscar da Penha), funciona como bar e associação Batatinha. No lugar acontecem shows de chorinho, sambas de rodas, também é possível encontrar parte do acervo do sambista ainda pouco conhecida. O bar leva o nome de uma das canções mais conhecidas de Batatinha, “Toalha da Saudade”.

Recentemente o espaço fez parte do roteiro da programação da 3ª Bienal da Bahia, com a exposição coletiva “Galeria 13 obras” dos artistas: Chico Liberato, Adeasis, Mário Britto, Eder Muniz, Arthur Batatinha, Gal Meirelles, Eduardo Silva, Artur Soares, SIRC,

Samuca Santos, Lorena Patrícia Abiu e Luis Alberto dos Santos; foi realizado também o um sarau com a participação da banda Outros Diversos, em que um dos integrantes é filho do sambista. Além da participação na Bienal, a Orquestra Popular Sambagolá – coletivo composto pelos herdeiros do sambista baiano se apresenta todas as sextas-feiras e sábados no bar. A expressão “sambagolá” foi encontrada em um dos manuscritos de Batinha, dando nome a orquestra.

O bar tem seu funcionamento terça, quinta e domingo, das 18:00 às 01:00 hora; sexta-feira e sábado, das 18:00 às 02:00 horas. Sendo mais uma opção de espaço no Dois de Julho que se estende até depois da meia noite. O espaço tem capacidade estimada para 150 pessoas.

4) Comércio e Associações

Loja Mil Muros

A loja Mil Muros foi aberta, em 2012, pelo americano Mark Andrew Pfohl, conhecido no grafite como Markuza. Formado em artes plásticas nos Estados Unidos, Mark está na Bahia há mais de 13 anos, é morador do bairro e começou a vender materiais de grafite pela internet. Depois que a loja Bomb Bahia fechou em 2010 - única loja fornecedora em matérias de grafite em Salvador, Mark abriu a Mil Muros no Largo do Dois de Julho. A loja vende materiais de grafite importados e nacionais, e ampliou seu estoque em materiais e ferramentas de escultura e pintura, ganhando um público formado por estudantes de artes visuais, o que faz muitas pessoas se deslocarem até o bairro. Atualmente, é a única loja nesse segmento na cidade. É possível encontrar na loja acessórios, revistas voltadas para o grafite, camisetas produzidas por ele mesmo ou por grafiteiros de Salvador.

A Mil Muros é um empreendimento familiar, o atendimento é realizado pelo próprio Mark ou por sua esposa. Funciona semanalmente, de segunda a quinta, das 9:00 às 18:00 horas; sextas-feiras 9:00 às 19:00 horas; sábados de 9:00 às 15:00 horas. O espaço é pequeno, dando acesso a três a quatro pessoas no máximo. Por ser a única loja de grafite da cidade, apoia muitos eventos nessa vertente, a exemplo do projeto Bahia de Todas as Cores – Festival de Graffiti, realizado em março de 2015, que reuniu 77 grafiteiros do Brasil na cidade de Salvador. Esse ano a loja pretende se mudar para o bairro dos Barris, devido ao alto valor de aluguel e necessidade de ampliação do espaço.

Loja Mutantes Disco de Vinil

A loja Mutantes Disco de Vinil está situada num casarão na Rua da Forca. Jorge Nour é morador do bairro e proprietário do casarão. Em 1993, resolveu abrir sua casa para o público com o intuito de divulgar sua coleção particular de vinis e revistas em quadrinhos. Com o tempo essa coleção foi sendo trocada e vendida até chegar ao atual acervo da loja. São cerca de mil CD's, dez mil vinis e 400 revistas em quadrinhos que podem ser encontrados com preços acessíveis, entre R\$ 2,00 a R\$ 50,00 reais. Antes do surgimento do Mp3 a loja recebia cerca de 300 pessoas por dia, porém com as novas mídias esse público caiu para 50 pessoas, esse processo fez com que muitas lojas de discos fechassem em Salvador, sendo a Mutantes uma das poucas existentes hoje na cidade. A loja tem horários de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 19:00 horas e sábado das 10:00 às 15:00 horas. Além de funcionar como um espaço comercial, acontecem também alguns encontros de colecionadores de vinis e bandas *underground*.

Protom Studio

A Protom Studio é uma produtora de áudio publicitário, criada pelo músico e compositor Chico Gomes, e existe há dez anos. Inicialmente começou como um estúdio de ensaio, no bairro de Brotas, mesmo Chico sendo morador do Dois de Julho. Isso foi um dos motivos que o levou a estabelecer a produtora no bairro, próximo a sua residência. A produtora foi vencedora de dois prêmios do Bahia Recall e já realizou serviços para o Festival de Verão nos anos de 2011 a 2013, pizzaria Cheiro de Pizza e Colégio Anchieta. A maioria dos jingles são composições do próprio Chico Gomes. São de sua autoria os jingles: Cesta do Povo (A Paixão da Bahia) / Norcon Construtora (Pedir Licença) / Carnaval 2004 TV Bahia (Pode Misturar/Parceria) / Bahia FM 88.7 (É Só Alegria) e Festival de Verão Salvador 2009.

Espaço Mão Terra

Situado na Rua Democrata, o Espaço é o atelier da ceramista Maristela do Anjos. Fundado no dia 02 de Julho de 2003, o atelier funciona como ponto de venda de objetos cerâmicos produzidos pela artista em especial imagem sacras, sobretudo do candomblé. Além de vender sua produção em cerâmica, a artista ministra cursos de modelagem, comercializa materiais para ceramistas, aluga o forno para a queima das peças etc. Os cursos de produção cerâmica são realizados para pequenas turmas com uma media de 6 a 7 alunos. No momento estão sendo ministradas aulas para duas turmas, sendo uma para crianças e outra pela tarde,

voltado para adultos. A maioria dos alunos não residem no bairro Dois de Julho, entres eles há uma criança residente em Lauro de Freitas.

Casa Antuak

Fundada há três meses, a Casa Antuak está localizada na Rua Democrata do bairro Dois de Julho. Atuando de forma independente, o espaço conta com uma equipe de dez pessoas que trabalham e residem no local. Com horário de funcionamento de 12:00 às 20:00 horas, a Casa realiza atividades como: yoga para iniciantes e mulheres, aulas de forró com o Grupo Forrozeando, realização mensalmente de bazar e shows musicais, através do aluguel do espaço. A capacidade de pessoas no espaço varia de acordo com o evento, podendo chegar a uma lotação máxima de 300 pessoas.

Academia de Música Henrique Xavier

Morador do bairro Dois de Julho, Henrique Xavier é compositor e instrumentista, estudou música na Universidade Católica da Bahia (UCSAL) e na Academia de Música Atual (AMA), em Salvador. Bandolista, tem seus trabalhos com influências de músicos como Jacob do Bandolim, Waldir Azevedo e Armandinho Macedo. Em 1987 abriu a Academia de Musica Henrique Xavier, em uma sala no Edf. ALASKA - Largo Dois de Julho. Na academia o público interessado pode encontrar cursos de violão, bandolim, cavaquinho, guitarra, guitarra baiana, baixo elétrico, violino, flauta doce e transversal, teclado, iniciação musical, canto & técnica vocal, teoria, harmonia, improvisação.

Ong Ruas da Bahia - Bahia Street

Fundada em 1996, pela antropóloga Rita Conceição, a Ong Bahia Street desenvolve ações para meninas na faixa etária de 06 a 17 anos que estão em situação de vulnerabilidade social na cidade. As atividades realizadas são voltadas para um reforço complementar nos ensino escolar, preparação para vestibular, atividades de inclusão digital e línguas estrangeiras. Com relação às ações culturais e artísticas, são realizadas atividades de expressão corporal, canto, capoeira angola, oficinas de artes visuais. A Ong procura realizar visitas a museus, teatros, feiras culturais etc. As meninas enquanto estão na Ong recebem também acompanhamento psicológico. São oferecidas anualmente 75 vagas para jovens do sexo feminino que são acolhidas no espaço de segunda a sexta-feira entre 11h30min e 17: 00 horas. A Ong é composta por cinco pessoas, todas mulheres, nas funções de diretoria, gerente administrativa, coordenação pedagógica, cozinheira e apoio.

A Ong recebe apoio financeiro de algumas instituições brasileiras e estrangeiras, tais como: Universidade Federal da Bahia (UFBA), SEPRMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, IAF – Fundação Inter-Americana, entre outras. A organização também já recebeu diversos prêmios de reconhecimento de seus desempenhos, a exemplo do “The World of Children” da UNICEF - Nações Unidas – Nova York, em 2008.

ACANNE – Capoeira de Angola

A Associação Capoeira Angola Navio Negroiro (ACANNE) foi fundada em 1985 pelo mestre Rene Bitencourt dos Santos, morador e proprietário da casa localizada na Rua do Sodré onde funciona a Associação. A ACANNE é um projeto com o objetivo de repassar para crianças e jovens carentes do bairro os conhecimentos e filosofias da capoeira de angola. O projeto ensina também a tocar e confeccionar instrumentos característicos da capoeira e realiza outras atividades relacionadas e saúde do corpo, leitura e poesia. Essas atividades são promovidas por voluntários que ajudam a associação. O grupo realiza ainda rodas frequentemente no Largo do Dois de Julho, possibilitando uma maior interação da associação com os moradores do bairro.

Sem apoio financeiro de órgãos ou entidades, a ACANNE oferece aulas de capoeira para adultos a noite com intuito de arrecadar recursos para a continuidade de suas atividades com as crianças. As aulas são realizadas semanalmente, nos horários de terças e quintas-feiras, das 09:00 às 10:00 horas e das 14:00 às 15:00 horas para crianças e jovens, e de segunda a sexta-feira, das 19:00 às 20:00 horas para adultos. A associação realiza também alguns eventos como forma de conseguir recursos financeiros, a exemplo do projeto “O Sabor do Saber Ancestral” com seminários, oficinas e rodas de capoeiras proporcionando um encontro e troca com diversos grupos e entidades. O grupo já participou de alguns encontros de capoeira no Brasil e exterior, a exemplo do 1º Encontro de Capoeira Social, em Quito, no Equador.

Armarinhos da Rua do Cabeça

Vale ressaltar os armarinhos existentes na Rua do Cabeça, que a décadas são uma referência para costureiras, cenógrafos, aderecistas da cidade. Movimenta o comércio de artigos variados específico na produção artesanal e contribui para a continuidade da cadeia produtiva cultural.

5) CEAO

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) foi fundado em 1959 e é órgão vinculado a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, voltado para o estudo, pesquisa e ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros. Localizado no largo do Dois de Julho, o Centro oferece cursos de línguas africanas e orientais como iorubá, árabe e japonês para a população. O prédio possui três andares, onde está disposto o Auditório Milton Santos com capacidade para 70 pessoas, salas de aulas e mais dez salas utilizadas para atividades administrativas. Possui uma biblioteca que integra o sistema de Bibliotecas (SIB) da UFBA, e em seu acervo consta com mais de 11 mil títulos em temática asiáticas, africanas e afro-brasileiras, 30 mil recortes de jornais locais e nacionais, digitalizados integralmente, documentos e fotografias. A biblioteca pode ser acessada não apenas pelos estudantes e pesquisadores, mas também pela comunidade e visitantes estrangeiros. O Centro fica aberto das 09:00 às 20:30min.

6) Igrejas

Igreja/Convento de Santa Teresa d'Ávila

O convento de Santa Teresa d'Ávila está localizado na Rua do Sodré e foi fundado pela Ordem dos Carmelitas Descalços, em meados do século XVII. Em 1671 o grupo de Carmelitas Descalças chega à Bahia por um navio que seguia para a Angola. Tendo que se estabelecer por um período em Salvador, os carmelitas resolvem instalar um convento na cidade. Após 30 anos de construção, o convento fica pronto e, em 1691, a igreja é inaugurada. Por muito tempo os carmelitas permaneceram na cidade, porém em meados de 1820, com a proximidade da Independência do Bahia, o convento foi abrigo para as tropas portuguesas, o que criou uma situação desfavorável com a população baiana, sendo um dos motivos para extinção da ordem e a volta dos carmelitas para Portugal. Após esse fato, o convento foi entregue aos padres lazaristas, que permaneceram por mais de 100 anos no local. Em 1953, os padres foram transferidos e o prédio abandonado até 1957, quando o professor da UFBA Edgard Santos resolveu reabrir o espaço criando o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, um dos museus mais importantes das Américas. Além da riqueza histórica, arquitetônica e do acervo do museu, conta ainda com um setor de eventos, responsável pela locação de espaço para realização de casamentos, formaturas e eventos corporativos.

Igreja Sagrado Coração de Maria

A Igreja Sagrado Coração de Maria, localizada na Rua Democrata, foi fundada na década de 1940 para abrigar o Convento dos Cordimarianos. No local onde foi construída a igreja, funcionou o antigo hospício da residência do Vice-Comissário da Santa Casa de Jerusalém, fundado em 1724 e extinto em meados do século XIX. Atualmente, a Igreja com capacidade estimada para 300 pessoas, realiza suas atividades religiosas: missas, catequese, estudos bíblicos, ações de caridade (doação de cestas básicas para comunidades carentes). Os horários de funcionamento são de terça a sexta-feira às 17:00 horas, sábados às 18:00 horas e nos domingos às 10:00 horas.

Igreja Bom Jesus dos Aflitos

Antes de se tornar igreja, a capela do Senhor dos Aflitos, que existe há 258 anos, data de 1784. É uma igreja bissecular, segundo a pesquisadora Consuelo Pondé de Sousa, “cujo frontispício constam duas datas: 1824 e 1924, aventando-se a hipótese de que a primeira se refere à conclusão de suas obras e a segunda ao seu centenário” (apud DOREA, 2006, p. 79). Tem como destaque a pintura no teto da capela, realizada em 1780 pelo pintor baiano José Joaquim da Rocha e serviu como espaço de abastecimento de materiais bélicos, sendo ocupada pelas tropas lusas no período da Independência da Bahia. A igreja fica em frente ao mirante dos Aflitos, e ficou por alguns anos sem funcionar por falta de reforma. Após a realização de bazares e doações pela própria comunidade, a igreja foi reaberta em 2013, retomando suas atividades semanalmente nos horários: terça-feira das 18:00 às 21:00 horas (reunião e palestra), quinta-feira das 18:00 às 20:00 horas (Coral) e nos sábados das 16:30 às 18:00 horas (terço e missa). Com capacidade estimada 100 pessoas, foi um dos espaços de ocupação da 3ª Bienal da Bahia, com a exposição do artista Arthur Scovino.

7) Escolas

Colégio estadual Ypiranga

O colégio estadual Ypiranga, está situado em um casarão antigo construído no século XVII, na Rua do Sodré. Anteriormente, outros colégios já ocuparam o prédio, a exemplo do colégio Antônio Vieira e a escola particular Ipiranga, do educador baiano Isaías Alves, sendo uma das melhores escolas particulares da cidade na década de 1970. O colégio estadual Ypiranga foi fundado em 1992 e atende cerca de 1.200 alunos, nos ensinos fundamental e médio, nos turnos matutino, vespertino e noturno. O colégio atende aos alunos do bairro e adjacências, como a Gamboa por exemplo.

O casarão foi residência da família do poeta Castro Alves, que circulou por muitos anos no bairro e faleceu em 1871 no casarão. Hoje, o colégio possui em sua biblioteca muitos livros do poeta. Além de um grande acervo na biblioteca, possui também um laboratório de química, uma quadra esportiva, ainda que esteja deteriorada, e um pequeno auditório no sótão, onde acontecem atividades extraclasse.

Colégio municipal Perimínio Leite

O colégio municipal Perimínio Leite, situado num casarão na Rua Democrata, atende aos cursos: Pré Escolar (Pré I e II) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) nos turnos matutinos e vespertinos, e noturnos com o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Passou recentemente por uma reforma, melhorando sua estrutura interna. Com salas, quadra esportiva, biblioteca, laboratório de informática etc. É uma das cinco escolas municipais de Salvador que está participando do curso - Rumo à Semana Nacional de Ciências e Tecnologia (SNCT).

8) Outros

Coreto no Largo Dois de Julho

Característico de cidades pequenas, o coreto do Dois de Julho é um dos poucos existentes na cidade. Situado no largo, é um local que reuni diversas atividades culturais e sociais. É, por vezes, palco de apresentações teatrais e musicais para a comunidade e de debates sobre o bairro, a exemplo da oficina “Oficina de Memórias” do Plano de Bairro 2 de Julho, realizada em 2014 pelo grupo de pesquisa Lugar Comum da Faculdade de Arquitetura da UFBA. As atividades no coreto são promovidas também pela Associação Comunitária do Largo Dois de Julho e Adjacências (ACLAJ), com intuito de aproximar mais a comunidade das atividades de lazer e convivência.

Grupo Cultural Racional

Grupo de pessoas que se reúne quinzenalmente, aos sábados, no coreto do Largo do Dois de Julho com o intuito de divulgar livros, realizar apresentações musicais e trocar informações de interesse do grupo Cultura Racional. Os trinta integrantes participam de encontros e desfiles cívicos. Para participar do grupo é necessário aderir ao livro “Universo em Desencanto – Imunização Racional” e saber dos objetivos do grupo. A Cultura Racional é uma seita brasileira, de vertente Umbanda, que surgiu nas primeiras décadas do século XX.

Tem como doutrina o encontro com a razão de ser, Racional, o encontro com a verdadeira origem da humanidade.

Projeto Cultural “Que ladeira é essa? (Ladeira da Preguiça).

O projeto cultural “Que ladeira é essa?” é uma iniciativa idealizada pelo professor de jiu-jitsu Marcelo Teles, que realizava aulas de forma gratuita para crianças e jovens moradores do Centro Antigo. O projeto surgiu em 2013, após um encontro realizado pelo movimento “Nosso Bairro é o 2 de Julho”, na Ladeira da Preguiça, que promoveu diversas atividades culturais como exibição de filmes, teatro de bonecos, performances, shows e debates sobre Diversidade Sexual com o deputado federal Jean Wyllys, Drogadependência com o doutor Antônio Nery, do Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas (CETAD), e sobre processos de gentrificação com a urbanista Gloria Cecilia Figueiredo. O evento proporcionou uma aproximação de diversas pessoas da cidade com a Ladeira da Preguiça e seus moradores, local visto como degradado e perigoso pela população.

A partir daí, Marcelo Tales junto com amigos e outros moradores do lugar resolveram abrir uma sede, o “Centro cultural que ladeira é essa?”, e fomentar atividades culturais na Ladeira da Preguiça. O espaço onde se encontra a sede foi cedido gratuitamente pelo sambista e morador Guiga de Ogum. O centro é gerenciado por três pessoas: Marcelo Teles - idealizador e presidente, Cris de Jesus - diretora financeira e Gaby Cerqueira – diretor artístico.

Antes do surgimento do espaço físico, as iniciativas eram voltadas para as questões estruturais da ladeira, como pintura e reparo nas casas, limpeza da rua, coleta seletiva de lixo. Depois foram surgindo atividades esportivas e culturais, como aulas de capoeira, percussão, jiu-jitsu, pintura e cine clubes. O projeto também resgatou algumas atividades marcantes da ladeira, como a festa “Banho de mar a fantasia”, realizada no período do carnaval. O “Banho de mar a fantasia” existe a mais de 70 anos no local, ficou suspensa por 20 anos e foi retomada em 2014 com a chegada do projeto “Que ladeira é essa?”. A festa acontece no domingo de carnaval, onde os moradores saem em cortejo pelo centro até a praia da preguiça, ao som de marchinhas e músicas que marcaram o carnaval da ladeira.

Outras ações ocorreram durante esses dois anos de Centro, resgatando a memória local e revitalizando um lugar que estava degradado e mal visto pela cidade. Projetos como o “Arquivo Falado”, que recolhe depoimentos dos moradores mais antigos do lugar, resgatando a memória da ladeira; “Policarte”, em parceria com o grupo “Gente Boa se Atrai”, que reúne grafiteiros da cidade para expor as intervenções feitas em letreiros de campanhas políticas que

serviram de suporte para as obras, transformando as campanhas eleitorais em painéis artísticos; o projeto de mutirão “Pintando o Sete”, em parceria com o grupo do Museu Street Arte de Salvador (MUSAS) produziu pinturas e grafitegens nas casas dos moradores da ladeira, dando vida ao lugar e formando grandes painéis de artistas grafiteiros de Salvador. A organização comunitária conta hoje com o apoio de outros grupos parceiros para a realização dos projetos e eventos: o MUSAS (com artes visuais e grafittis), o movimento Nosso Bairro é o Dois De Julho (com palestras), o grupo Junta Salvador (com orquestra percussiva), o Arte & Manha Da Bahia (com a capoeira), dando então corpo e formato as propostas do “Que Ladeira É Essa?”.

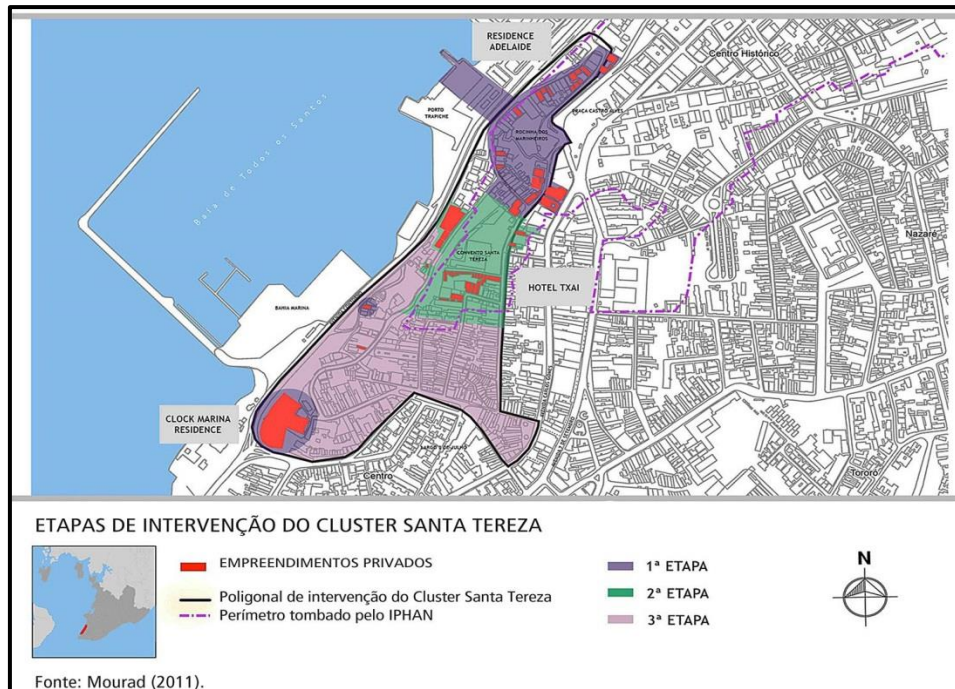
A Ladeira da Preguiça tem grande importância na história de Salvador. Era um dos principais acessos que ligava a Cidade Baixa com a Cidade Alta. Por ali eram transportadas as mercadorias para o abastecimento da população. Não era fácil subir com as mercadorias, o que fazia muitos dos escravos pararem em determinado ponto da ladeira. Daí o surgimento do seu nome. “De maneira irônica foi então batizada pela população e os feitores como Ladeira do Tira Preguiça” (DOREA, 2006, p. 94). Depois rebatizada como Ladeira da Preguiça, comum à língua falada pelo povo.

2.3 O bairro hoje e amanhã

O Centro Antigo ainda é considerado uma das regiões de maior dinâmica da cidade, mesmo com a consolidação do Iguatemi e Tancredo Neves como os principais centros de negócios empresariais de Salvador. O Centro abriga diversos tipos de serviço formais e informais, concentra uma grande parte dos equipamentos culturais da cidade e possui um sistema de transporte e terminais intenso e ativo. Dentro do cenário atual, é evidente a necessidade de melhorias nas infraestruturas da região, projetos que solucionem problemas de ordem social e patrimonial. Porém, mesmo com todas essas questões, há uma crescente valorização imobiliária, principalmente para empreendimentos hoteleiros, voltados para o turismo.

O bairro Dois de Julho faz parte do Centro Antigo de Salvador, área considerada de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico da cidade, segundo a lei municipal nº 3.289/83, e que vem sendo foco de atenção dos órgãos públicos e de empresas imobiliárias, que enxergam grandes empreendimentos no local. Desde 2007, a comunidade do bairro debate com o governo municipal e estadual a instalação do projeto *Cluster Santa Tereza*, empreendimento de luxo proposto por duas empresas privadas, a Eurofort Patrimonial e a RFM Participações, que funcionam como agenciadores de grandes empreendimentos privados, principalmente internacionais. As empresas “já adquiriram, nos últimos anos, cerca de 50 imóveis entre terrenos, ruínas e casarões para serem transformados em *lofts*, pousadas, hotéis, lojas, restaurantes e escritórios”. (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012, p. 1). Em 2012, a prefeitura de Salvador lança o projeto de “Humanização” do Bairro de Santa Tereza, alimentando as ações gentrificadoras para o lugar. O projeto, bem como a construção de um cluster no Bairro do Dois de Julho vão na contramão das diretrizes constitucionais, pois apresentam indícios de uma intervenção urbanística a favor de interesses econômicos empresariais que visam à privatização do espaço, em detrimento dos interesses coletivos da população residente.

Figura 04 – Mapa do Poligonal de Intervenção do Cluster Santa Tereza



Fonte: MOURAD, Laila Nazem; FIGUEIREDO, Glória Cecília. **O Bairro é Dois de Julho, ou, o que está em jogo no Projeto de “Humanização” de Santa Tereza?** Anais 12º urbBA – Seminário Urbanismo na Bahia, 7 a 9 de novembro de 2012, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

Outro empreendimento privado que está em andamento no bairro é o Hotel Txai & Residence, uma das redes hoteleiras mais sofisticadas do país. O hotel está previsto para ser construído na Rua Areal de Cima, e corresponde a uma área de nove mil metros quadrados em uma das áreas mais privilegiadas da cidade. Segundo a pesquisa “*Centro Antigo de Salvador: Uma região em debate*”, realizada pela SECULT-BA, “com orçamento de R\$ 46 milhões, o Txai Salvador terá 40 apartamentos e cinco casarões antigos, que serão restaurados, sendo preservadas as suas fachadas em azulejo e volumetria (largura e altura) dos imóveis” (2011, p. 21). Está em andamento também a construção de um prédio para estacionamento de carros, pela empresa Garcez Engenharia. O terreno onde se pretende construir o prédio é habitado por sete famílias, na Vila Coração de Maria. Em 2007, os moradores receberam notificações de despejo do Tribunal de Justiça, após a proprietária do imóvel, a Irmandade São Pedro dos Clérigos, ter negociado o terreno para a construtora.

Outra intervenção vem ocorrendo na Praia da Preguiça, que deve ser fechada para ampliação da Bahia Marina. O projeto prevê a construção de um hotel com 72 suítes, extensão do quebra mar, e posteriormente um posto de abastecimento de combustível e um heliponto. Com acesso interdito à praia, muitos pescadores, moradores da Ladeira da Preguiça ficarão

impossibilitados de realizar suas atividades econômicas, além de bloquear um local de lazer para todos da região.

A partir desses acontecimentos e da forte especulação imobiliária que o bairro vem sofrendo, a comunidade do Dois de Julho, junto a entidades, grupos e movimentos sociais se organizaram com o intuito de reagir às ações por parte das empresas privadas. O movimento foi intitulado de “Movimento Nosso Bairro é o Dois de Julho” e começou a mobilizar os moradores, frequentadores do bairro com objetivo de debater os problemas e procurar soluções para a região. Os participantes do movimento se reúnem todas as terças-feiras no CEAO, às 19 horas, onde são

agenciados outros eventos e ações, tais como: novas reuniões; assembleias de moradores no Coreto do Largo Dois de Julho; manifestações políticas de rua, como a ocorrida no Desfile Cívico do dia 2 de Julho; criação de fórum virtual de debate na *internet*, em página do Movimento na rede social Facebook; produção de vídeos; solicitação de audiências públicas com órgãos públicos, como a realizada no dia 12 de Julho na Câmara de Vereadores pela Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa do Estado, em conjunto com a Comissão de Reparação da Câmara; a visita ao bairro com a presença do Relator Nacional do Direito Humano à Cidade da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - DHESCA, Leandro Franklin Gorsdorf, na qual os moradores apresentaram denúncias de violação de direitos humanos e sociais etc. (MOURAD; FIGUEIREDO, 2012, p 11).

Além do movimento é importante destacar o trabalho realizado pelo grupo de pesquisa Lugar Comum, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFBA, sob coordenação da professora Ana Fernandes, na elaboração coletiva do Plano do Bairro Dois de Julho. O intuito da pesquisa era construir, em conjunto com os moradores, comerciantes e entidades, um plano participativo para identificar necessidades que garantam o bem estar e convivência dos habitantes, além de construir propostas para serem reivindicadas junto ao poder público. O grupo realizou diversas oficinas, durante o ano de 2014, reunindo a comunidade para a discussão e formulação das propostas. Todas as oficinas foram registradas em vídeo e divulgadas na internet.

O grupo preparou um relatório onde consta um conjunto de projetos urbanísticos elaborados por órgãos públicos e privados para o bairro e entorno, em épocas diversas, com o intuito de identificar como a região está sendo pensada por esses órgãos e verificar as possíveis lacunas urbanas e sociais da região. A partir dessas situações apontadas, podemos perceber que o Dois de Julho vem reagindo fortemente contra as intervenções dos órgãos públicos e privados, que apontam para um indicativo de propostas urbanísticas sem debates

participativos com a população e com intenções que privilegiam empresas privadas, com empreendimentos luxuosos, descaracterizando o lugar enquanto bairro antigo e popular.

Salvador vem passando por um processo de reestruturação urbana, principalmente no Centro Antigo pela sua importante localização histórico-geográfico e por ainda concentrar diversas atividades e serviços da cidade. Porém, percebe-se também que as ações por parte dos órgãos públicos e privados caminham para um processo de privatização do lugar, através da instalação de complexos turísticos, empresas imobiliárias e projetos de construtoras internacionais, que tem o poder de indução e mudança nos perfis dos moradores atuais, isso possibilita uma perda das características do bairro enquanto espaço de convivência cotidiana estruturada em sua diversidade.

Os movimentos e ações por parte dos grupos comunitários do Dois de Julho se apresentam como uma possibilidade de mudança desses processos urbanísticos, mostrando a importância de se manter um diálogo e participação efetiva com a sociedade para a tomada de decisões sobre a cidade, identificando as reais necessidades e interesses da população. Essa articulação da sociedade é que possibilita modificações e um novo olhar sobre o cenário político, social, cultural do lugar. Assim, o Dois de Julho vem caminhando e reafirmando o potencial de uma comunidade solidária, capaz de mobilizar e viabilizar ações de interesse da sociedade.

3. TEATRO GAMBOA NOVA, CASA PRETA E AMSTERDAM.

3.1 Teatro Gamboa Nova

O Teatro Gamboa foi inaugurado em 13 junho de 1974, na Rua Gamboa de Cima – Aflitos, pelo ator e diretor Eduardo Cabus. Durante mais de três décadas, o espaço atravessou o período de censura à abertura política, do fim da ditadura ao movimento das Diretas Já. Na década de 1980 oscilou entre períodos de esquecimento e efervescência no cenário cultural de Salvador. Comprado pelo ator Perry Salles em 1994, o Gamboa foi reformado, voltando à cena em 1997 com a peça infantil “Camaleão e as Batatas Mágicas”. A partir de 1999, sob a gestão de Márcia Rabelo, abrigou diversas peças, dentre elas “Play Back” e “Intimidades”, encenada por Perry em julho de 2004. Em 2006, depois de passar por período sem funcionamento, o artista Mauricio Assunção ocupou o espaço com o espetáculo “Casa de Ferro”.

A partir da necessidade aprofundar seus trabalhos artísticos, Maurício Assunção assume a gestão do teatro em 2006, abrindo o espaço para ensaios e pequenas apresentações do seu grupo Estado Dramático. O teatro durante um ano foi mantido através de bilheteria, investimento pessoal e participações do Grupo em festivais e outros projetos culturais. Em 02 de julho de 2007, o Teatro Gamboa passa por uma reformulação física e administrativa, assumindo o nome “Teatro Gamboa Nova”, quando é criada a Associação Grupo Estado Dramático, responsável pela execução das atividades do teatro, tornando-se uma única entidade privada e sem fins lucrativos. Neste mesmo ano, a Associação é aprovada no Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais⁶ da SECULT-BA, o que permitiu assegurar ao teatro uma verba para manutenção do equipamento e continuidade de suas atividades.

Em 2008, o Teatro Gamboa Nova foi aprovado como Ponto de Cultura com o projeto “GamboArte”⁷, mantendo uma relação de aproximação com a comunidade da Gamboa de Baixo, promovendo espetáculos de teatro infantil para as crianças da comunidade e distribuindo uma parcela de ingressos mensalmente para que os moradores da região tivessem acesso à atração que se realizava no espaço. O projeto proporcionava também oficinas gratuitas de áudio-vídeo, fotografia, teatro, jornalismo para a Gamboa de Baixo e entorno. O que podemos considerar como única relação que o Teatro estabeleceu com o entorno, visto

⁶ Em 2007 o programa era anual. Em 2012 a portaria foi ajustada e o apoio passou a ser trienal, renovável por mais dois anos. Os repasses de recurso também passaram a ser quadrimestrais e não mais trimestrais.

⁷ O “GamboArte” foi projeto aprovado como Ponto de Cultura em 2008, tendo suas atividades realizadas até o ano de 2011.

que após esse projeto nenhuma outra ação foi retomada. As oficinas promovidas pelo teatro diminuíram consideravelmente, mantendo basicamente as apresentações artísticas.

Desde então, o Teatro Gamboa Nova tem como missão ser um local onde o público possa ter acesso a trabalhos que não estão inseridos em circuitos comerciais. O Gamboa Nova tem como regulamento a não cobrança de pauta para os artistas, além disso, toda a bilheteria é revertida para os mesmos. Com esse procedimento, o teatro recebe muitos artistas que não possuem uma produção estruturada, ou projetos que não possuem apoio/patrocínio para arcar com as despesas da apresentação. Em sua maioria são artistas, grupos de teatro iniciantes ou estudantes em processo de graduação das escolas de teatro, dança, artes visuais e música da UFBA, mas recebendo também artistas e produções mais conhecidas no cenário cultural da cidade e, eventualmente, atração oriundas de outros estados, a exemplo da peça “Homens, Santos e Desertores” do artista Ricardo Blat, em 2014.

O Teatro Gamboa Nova busca abranger todas as vertentes artísticas que o seu espaço físico permite abrigar. Música, dança, performances, teatro adulto e infantil, exposições, festivais, exibição de filmes, bate-papos são linguagens que acontecem no espaço, porém há uma predominância das artes cênicas (teatro e dança) e musicais. Além disso, o equipamento cultural possui um pequeno espaço para exposição, contemplando o segmento de artes visuais. O Teatro também assegura ao artista, no que diz respeito à infraestrutura para se apresentar, equipamentos de iluminação e sonorização, apoio de camarim e bilheteria. Os preços populares também são regra do Gamboa Nova, sendo estabelecidos nos valores de R\$ 20,00 (inteira) e R\$ 10,00 (meia), não podendo ser cobrados valores superiores a esses.

Com relação ao espaço físico, o teatro possui uma **infraestrutura** pequena, com capacidade para 78 pessoas, contendo espaço para exposição (*foyer*) conhecido como “Galeria Jayme Figura”, uma cabine de bilheteria, quatro banheiros (sendo dois de acesso para o público, um para o artista e um para equipe), um palco italiano, um camarim com varanda, denominado de “Camarim Edy Ribeiro” e um escritório para as atividades da equipe de produção do teatro. Possui um único acesso para o palco, bem como para o camarim e escritório. O equipamento cultural não possui acesso para deficientes físicos, porém passará por uma reformulação em que o novo projeto visa contemplar o acesso as apresentações para pessoas portadoras de necessidades especiais. O Teatro dispõe de equipamentos de som e luz e projetor, todo material é disponibilizado gratuitamente. Atualmente a **equipe** é formada por dez pessoas, divididas nas seguintes funções: coordenação geral, direção artística, produção cultural, assessoria de imprensa, *designer* gráfico, técnicos de iluminação e sonorização, bilheteria e serviços gerais.

Com o Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais da SECULT-BA, único apoio financeiro do Teatro Gamboa Nova, foi necessário o equipamento estabelecer metas a serem cumpridas, o que ordena de forma geral a programação do teatro. O Teatro Gamboa Nova possui uma **programação** diversificada, com funcionamento semanal de quarta-feira a domingo. Normalmente as apresentações de quarta-feira a sábado são realizadas das 20:00 às 22:00 horas, e domingo das 17:00 às 19:00 horas. Não há uma divisão por segmentos artísticos e dias na programação do teatro, isso varia de acordo com a solicitação dos artistas e a avaliação final do diretor artístico, responsável pela montagem da programação. Aos domingos, os shows musicais são a linguagem artística predominante, com o projeto temático da casa intitulado “Gamboa Música Pôr-do-sol”. O intuito do projeto é que o público possa assistir a apresentação musical e apreciar do palco do teatro também o pôr-do-sol da Baía de Todos os Santos. Duas outras atividades são fixas e que fazem parte do quadro de metas e da programação do teatro, a pauta para exposições de pinturas, desenhos, fotografia etc, e a exibição de um curta-metragem ou videoclipe antes de cada apresentação (sob autorização da produção do espetáculo em cartaz).

O Gamboa Nova possui também projetos que compõem uma programação temática em alguns meses. No mês de março a programação é especialmente voltada para as apresentações teatrais, em homenagem ao mês do teatro e do circo. Já em no mês de abril, as apresentações de performance e dança são pautadas através do projeto “Abril o Corpo” realizado pelo Teatro e que completou sua 8ª edição em 2015, em homenagem ao mês da dança. No mês de setembro, o Gamboa Nova torna-se “Gayboa” com uma programação temática voltada para as questões da diversidade de gênero, com bate-papos e apresentações, homenageando a o dia da Parada Gay em Salvador.

O Teatro vem procurando estabelecer sua programação a partir dessas temáticas, por identificar que nesses períodos há uma frequência maior de públicos com essas atividades temáticas. E também por estabelecer uma programação mais unificada, conceitual para cada mês. Além disso, os projetos temáticos dialogam com as capas do material impresso que contém todas as apresentações de determinado mês. As capas são feitas por artistas visuais que gostariam de divulgar sua obra em mais de quatro mil programas distribuídos pela cidade. Essa diversidade de design das capas a cada mês acaba funcionando também como um cartão postal, um atrativo a mais para o teatro, pois as pessoas passam a colecionar os programas.

A **divulgação** da programação do Teatro Gamboa Nova é feita através de material impresso (cartaz e postais), rede social *Facebook*, site do teatro e entrega de material para imprensa (release, fotos e vídeos). As produções artísticas recebem um apoio na assessoria

com a imprensa, tendo seus espetáculos divulgados em jornais, sites, matérias de TV etc. O teatro não realiza um serviço de assessoria individual, mas sim da programação como um todo, porém alguns veículos parceiros sempre pautam as apresentações em cartaz no teatro.

O espaço abriga também os mais importantes festivais de teatro local como o Festival Internacional de Artes Cênicas (FIAC) e o Festival Latino Americano de Teatro da Bahia (FILTE). Desde 2013, o Teatro vem realizando uma parceria junto com a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), sendo um dos equipamentos culturais que recebe apresentações do projeto Verão Cênico. Foi também um dos espaços parceiros do Prêmio Caymmi de Música, cedendo pauta para artistas do cenário da música baiana nos períodos de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015. Essas parcerias possibilitam que o equipamento esteja dentro do circuito de festivais do Estado e que o espaço receba diferentes apresentações também a nível nacional.

No que se refere ao **perfil dos públicos** do Teatro Gamboa Nova é difícil identificar esse quadro por falta de dados mais concretos. Em 2013, o Teatro chegou a aplicar um pequeno questionário, com o intuito de identificar a frequência de pessoas no espaço, faixa etária, interesse artístico e como o público ficou sabendo da programação, além disso, um item para críticas e sugestões. O objetivo era identificar mesmo que minimamente o público do Gamboa Nova, e procurar reorganizar o espaço a partir das críticas e sugestões. No mesmo ano, foi realizada uma pesquisa online com os artistas de cada mês que se apresentavam no espaço com o intuito de verificar as necessidades de melhorias em cada setor do teatro. Os formulários estão disponíveis, porém a análise das respostas não foi realizada, pela falta de tempo e de equipe para uma avaliação dos questionários.

O que se tem é uma análise empírica, a partir da prática cotidiana do espaço, visto que os dados dos questionários aplicados não foram analisados. Segundo o diretor artístico Rino Carvalho, o público do teatro é composto basicamente pela faixa etária de 25 a 40 anos, e em sua maioria é formado pela classe artística. Porém não se sabe outras informações como a renda, domicílio, frequência com que o público vai ao espaço etc. As atividades e períodos mais frequentadas são as apresentações musicais, principalmente nos finais de semana. As de menor frequência são as que acontecem nas quartas-feiras, independente da linguagem artística. O que se percebe é que a falta dessas informações dificulta o equipamento ter um entendimento mais claro sobre ele mesmo e de ter ações mais estratégicas para o público.

O Teatro possui uma **gestão** baseada na coletividade e na autogestão, proposta por Mauricio Assunção ao assumir o teatro. Portanto, cada função tem a autonomia como princípio, ou seja, não há uma relação hierarquizada, distinções entre patrão e empregado.

Cada um que compõe a equipe é responsável por sua função e por manter o funcionamento do equipamento cultural dentro de uma lógica organizada, onde a participação e a tomada de decisão coletiva, e em igualdade de condições, se faz presente constantemente. A equipe realiza reuniões semanalmente onde são expostas as questões gerais e específicas do teatro. As funções de coordenação, direção e produção, por serem mais administrativas, lidam muito com questões externas, fornecedores e instituições, assumindo uma posição mais aparente do que as demais funções, no que se refere a representação do equipamento cultural para a sociedade. No entanto, todas as questões do teatro são colocadas em reunião onde todos têm voz ativa na tomada de decisão.

Esse formato, ao mesmo tempo possibilita um procedimento mais colaborativo e participativo da equipe, gera também algumas complicações internas. Dois pontos são evidenciados: a diversidade de pensamentos e vivências um dos outros, o que permite que em algumas decisões haja embate de ideias, e por consequência, um segundo ponto que é a demora na tomada das decisões, em decorrência desses diferentes pensamentos, posicionamentos. O que para algumas ocasiões, atrapalha o andamento do espaço.

Além disso, o teatro não possui um planejamento estratégico para o equipamento que possibilita ter uma gestão cultural mais clara e organizada. Apesar de participar do Programa da SECULT-BA, onde se tem metas a serem alcançadas e orçamento estabelecido, o teatro não possui uma visão mais institucionalizada que possibilite criar estratégias para o espaço e equipe, determinar objetivos em longo prazo para o espaço, captar outros recursos financeiros e formar redes com outras instituições e ter uma comunicação mais efetiva com a equipe e seus públicos.

A principal dificuldade detectada no Teatro Gamboa Nova atualmente é a carência de recursos financeiros, o que impossibilita a sustentabilidade do equipamento e a ampliação das suas ações e equipe. Mesmo recebendo recurso via a SECULT-BA, o teatro ainda enfrenta dificuldades de manutenção do espaço. Outra questão é a falta de estacionamento e vagas para carro no local. Por ser uma área comercial, o teatro tem problemas até mesmo para reservar as vagas de acesso ao teatro, dificultando muitas vezes a entrada de material cênico e equipamentos de som. Por fim, outra problemática apontada é a falta de segurança pública do entorno, que conseqüentemente dificulta atrair mais público para o espaço. A sua potencialidade está em suas características de espaço acolhedor, sem distinções, sua gestão pautada na coletividade e diversidade, permitindo que todos os envolvidos tenha uma participação efetiva e se sintam pertencidos ao espaço cultural.

3.2 Casa Preta

A Casa Preta está situada na Rua Areal de Cima, em um casarão da década de 1930. Em 2004 a casa foi comprada pelo arquiteto e professor da UFBA Sergio Ekerman, que pretendia reformá-la para uso residencial, porém a ideia não foi finalizada, ficando a mesma fechada por alguns anos. Em 2009, o grupo de artistas Vagapara foi um dos primeiros a ocupar a casa para ensaios de suas produções e em outubro do mesmo ano, com o evento “Open House Casa Preta” ela foi aberta ao público. Nesse período, quem administrava o casarão e fazia a interlocução com o proprietário era o advogado Felipe Barroco que tinha uma relação próxima com a cena artística e cultural da cidade. O nome Casa Preta tem relação com sua fachada escurecida e janelas brancas – denominado pelos próprios moradores do bairro que passavam por ali, e assim permaneceu com a entrada dos grupos.

Depois da ocupação do Vagapara, outros grupos artísticos começaram a utilizar o espaço da Casa Preta para criação e ensaios de produções teatrais, realização de oficinas e set de filmagem. Passaram pelo espaço os artistas Jacyan Castilho e Claudionor Machado para a construção da peça “A Cela” em 2010; foi set de filmagem do filme “Joelma” – roteiro de Edson Bastos; concepção da peça “Sebastião” de Fábio Vidal, entre outras atividades.

Em maio de 2010, o Grupo Vilavox passou a residir no térreo da Casa Preta, após se desligar do Teatro Vila Velha – onde foi grupo residente por nove anos. Em dois anos, o Vilavox dinamizou bastante o casarão com atividades artísticas e executou reformas no imóvel, através de um acordo com o proprietário que cedeu o valor do aluguel em troca dos pequenos consertos da casa. Ainda em 2010, o grupo estreou o espetáculo infanto-juvenil “O Segredo da Arca de Tranconso” em um terreno⁸ ao lado do casarão. O grupo conseguiu acesso ao terreno no período do espetáculo, mas a relação com a empresa após a peça não foi mantida, deixando de atuar no terreno.

Por iniciativa do Vilavox, logo após a sua entrada na Casa Preta, o Grupo Base de Teatro ocupou o andar superior com ensaios e processo de criação. Em setembro de 2010, o Atelier de Cenografia de Mauricio Pedrosa ocupa o subsolo da casa, sendo um espaço utilizado para a confecção de cenários teatrais e apresentações musicais. Dessa forma, a Casa Preta passa a operar como sede desses grupos e se mantém a partir do funcionamento dos três

⁸ O terreno ao lado do casarão pertence a rede Txai Resorts - grupo de hotéis Relais & Châteaux. Em parceria com a empresa Invest Tur Brasil – empresa do setor de desenvolvimento imobiliário turístico, o grupo hoteleiro está investindo na construção do Txai Salvador Hotel & Residence, sofisticado resort também sendo investindo em outras regiões da Bahia, como Itacaré e Trancoso. JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, Outubro de 2010. Disponível em < <http://www.tribunadabahia.com.br/2010/10/09/novo-bairro-de-luxo-ira-da-contorno-ao-dois-de-julho> > Último acesso em 02 de junho de 2015.

andares do casarão. Vale ressaltar que os três grupos pagam aluguel ao proprietário do imóvel, o que pode facultar na entrada e saída de grupos e coletivos culturais diversos.

Com a entrada dos grupos Vilavox, Teatro Base e Atelier Cenográfico na Casa Preta, foi realizado junto com o Coletivo Nomedacausa o evento SARAUCOMFAROFA, movimentando concomitantemente os três pavimentos da casa com a participação de 15 artistas da cidade e de diversas linguagens artísticas. O público pode circular por todos os andares e conferir: exposição coletiva, projeção de vídeos, show de música ao vivo com Ricardo Caian e os Beduínos Gigantes, o projeto musical e imagético “Infusão” de João Meirelles, bem como intervenções artísticas de tipografite com Raphael Ribeiro. Além de apresentar uma nova forma de ocupação do espaço, os grupos residentes tinham o intuito de arrecadar recursos para a reforma da escada de acesso ao subsolo e o jardim.

A partir daí, a Casa Preta ganhou uma vida artística e cultural e reconhecimento como um espaço para a realização de ensaios, apresentações, etc. Em 2012, a produtora baiana Coisa de Cinema realizou parte da gravação do filme “Depois da Chuva” durante o período de um mês no casarão; também a peça “Dissidente”, da Cia. de Teatro da Casa se apresentou no térreo da casa. Os grupos residentes com a ajuda de Felipe Barroco, foram aprovados no Edital de Dinamização de Espaços Culturais da Secretária de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), o que permitiu a Casa Preta montar uma programação mais contínua e organizada. Com isso, durante oito meses, de sexta-feira a domingo, em horários convencionais aconteciam apresentações cênicas e musicais, permitindo uma maior difusão das atividades culturais da cidade e assegurando também o funcionamento da casa e permanência dos grupos.

Com a término do apoio financeiro via o edital, a Casa Preta se mantém a partir da atuação dos grupos residentes em festivais, projetos culturais etc, e do aluguel de pauta para as produções locais. Em 2013, o grupo Vilavox foi aprovado no edital de Apoio a Grupos e Coletivos Culturais, também via a SECULT-BA. Esse apoio permite que o grupo consiga manter o aluguel do espaço e realize suas atividades durante um período de dois anos consecutivos.

A Casa Preta propõe ser uma casa de cultura abrigando diferentes coletivos artísticos. Portanto, vale ressaltar que o objetivo principal da Casa é se constituir enquanto espaço de criação. Ou seja, um espaço voltado para os ensaios, experimentações e concepção das produções artísticas dos grupos cênicos da cidade. No entanto, muitos dos grupos e coletivos enxergam a Casa também como um espaço de difusão das suas produções. Houve uma intensificação das apresentações, principalmente, no período em que o espaço recebeu apoio

financeiro da SECULT-BA, através do edital de dinamização. Essa proposta da casa funcionar como sede para os grupos, acaba por interferir na sua caracterização enquanto espaço cultural, se diferenciando de outros equipamentos culturais da cidade.

A respeito da **infraestrutura**, a Casa Preta possui três pavimentos, com quatro banheiros, três cozinhas, salas de diferentes tamanhos, além do jardim. Normalmente as apresentações teatrais ocorrem na sala do térreo da casa, e as apresentações musicais no jardim. O espaço não possui estrutura de um equipamento cultural com palco e plateia, cabine para operação de luz e som, planos de saída de emergência etc. A estrutura de casa antiga acaba sendo o próprio cenário das apresentações. A sua arquitetura é a característica marcante da Casa Preta enquanto espaço singular. Os grupos residentes procuram preservar os traços da década 30, realizando pequenas manutenções. Os custos com o casarão são divididos entre os três grupos residentes.

A **capacidade** de público da casa varia de acordo com o ambiente onde pretende-se realizar o evento. As salas maiores tem capacidade para 25 pessoas, o Jardim, onde normalmente são realizados show musicais, tem capacidade para até 70 pessoas. Com todos os seus ambientes ocupados a casa comporta até 300 pessoas. Algumas salas menores são utilizadas como escritório ou depósito. Os grupos pretendem construir um estúdio de gravação em uma das salas do andar superior, ampliando a atuação da casa no cenário cultural.

No que se refere a **equipe** da Casa Preta, atualmente, é composto por três grupos artísticos: O Grupo Vilavox formado por sete integrantes, que trabalham com atuação cênica e com produção, montagem e direção de espetáculos. O Atelier de Cenografia tem como responsável Mauricio Pedrosa que atua na confecção de cenários, utilizando-se da terceirização de mão de obra, em demandas excedentes. O Aldeia – Coletivo Cênico, idealizado por Luiz Guimarães, é composto por cinco integrantes que atua em conjunto com outros coletivos e artistas da cidade nas apresentações e projetos de arte-educação. Todos os três grupos compartilham as funções administrativas do espaço e algumas pessoas são responsáveis por áreas específicas como agendamento de pauta e técnica de som e iluminação. A maioria dos equipamentos técnicos pertence ao grupo Vilavox, que disponibiliza para o uso geral. A complementação de material se dá através de parceira com uma empresa especializada. Isso justifica a possibilidade da Casa cobrar taxas pela utilização dos equipamentos complementares. Esses custos são arcados pelas produções responsáveis pelos espetáculos que se utilizam do espaço cultural.

Quanto à **programação e atividades** da Casa Preta, no ano de 2012, durante um período de oito meses houve apoio financeiro via o edital de Dinamização de Espaços Culturais da SECULT-BA, nesse momento havia uma regularidade na grade de apresentações, funcionando semanalmente nas sextas com show musical e sábados e domingos com espetáculos teatrais, performances e dança. Nesse período, a Casa contava também com recursos para a produção de material divulgação impresso, custeio de serviços de bilheteria e assessoria de comunicação, viabilizando uma estrutura organizacional do espaço cultural e diversidade na programação.

Com fim do vínculo ao edital, a Casa retomou as atividades de criação e reflexão, focadas nos ensaios, experimentações, leituras dos grupos residentes e realização de pequenos bate-papos, seminários e oficinas aberto ao público, a exemplo da oficina proporcionada pelo Grupo Vilavox que trouxe a artista Tânia Farias com o espetáculo “A Desmontagem”, realizando uma espécie de aula-peça com o público, ou do projeto “Barulhinho” que acontece aos sábados no Jardim da Casa, realizado pelo Aldeia Coletivo Cênico. Porém, essas atividades vêm acontecendo de forma independente, sem recursos financeiros, contando apenas com a bilheteria. A falta de recurso interfere também nos serviços prestados pela casa, como divulgação, bilheteria, técnicos de luz e som, que passam a ser de responsabilidade das produções externas. No entanto, os produtores culturais e artistas da cidade podem apresentar propostas de solicitação de pauta para os responsáveis do espaço. Essas propostas são analisadas e decididas de comum acordo entre os três grupos residentes, com o intuito de não ocorrer conflitos no planejamento das apresentações.

No que se refere aos **públicos**, a Casa Preta não possui nenhuma pesquisa que identifique o perfil frequentador do espaço, tendo apenas um olhar empírico por parte dos Grupos. Sabe-se que boa parte desse público é composto por artistas, estudantes universitários, e uma parcela menor, porém não menos importante, dos moradores do Dois de Julho e entorno. A Casa procura estabelecer uma relação de proximidade com os moradores do local, propondo algumas ações que tem por objetivo atrair o público do entorno, como por exemplo a cobrança de ingressos pela metade do preço para moradores do bairro. No entanto, é perceptível que essas ações ainda são muito pequenas e pontuais, justificadas pela falta de recursos financeiros e de alguém que tenha essa função específica de formação de plateia.

A respeito da **gestão** do espaço, cada Grupo é responsável pelo planejamento de suas atividades, porém há um diálogo permanente entre eles. Algumas decisões são tomadas coletivamente, principalmente quando surgem solicitações de pauta por outros artistas. Não há um procedimento sistemático no processo, como preenchimento de formulário, pesquisas

sobre públicos, curadoria na programação. Normalmente, a negociação da pauta vai de acordo com a disponibilidade e procura pelo espaço. A proposta da casa é funcionar também sem padronizações ou regulamentos, proporcionando uma dinâmica com base no diálogo, sem enquadramentos e como um espaço cultural mais preocupado com o fazer artístico do que com os procedimentos estratégicos e resultados que o lugar pode vim a ter.

Os grupos identificam essas características como uma potencialidade do espaço. Porém, verifica-se também outros pontos que ainda são problemáticos e precisam ser repensados, a exemplo do acesso à Casa, a necessidade de fortalecer a relação com os moradores do Dois de Julho, a dificuldade de manutenção dos equipamentos e aluguel da casa, a falta de recurso financeiro e apoio por outros mecanismos de cultura e instituições, além dos editais estaduais. Diante do que foi relatado, o espaço cultural Casa Preta apresenta-se de forma diferente com relação aos demais equipamentos culturais da cidade, isso porque tem como propósito principal respaldar o processo de criação das produções e artistas locais, função tão importante quanto as apresentações que geralmente recebem mais atenção e são de preocupação dos equipamentos culturais.

3.3 Amsterdam Pop Club

A casa de show Amsterdam Pop Club foi inaugurada em 12 de outubro de 2012 na parte inferior do Mirante dos Aflitos, onde anteriormente funcionava o Bahia Café dos Aflitos, que tinha a proposta de abrigar shows de música ao vivo nos ritmos pop/rock. A Amsterdam é um empreendimento privado, gerida pelos mesmos empresários da casa de show San Sebastian, localizada no bairro do Rio Vermelho. Sua manutenção se dá a partir da receita gerada pelos eventos. Com o sucesso da San Sebastian, os donos resolveram expandir o empreendimento de casas noturnas abrindo mais uma casa em Salvador, a Amsterdam. Abriram também uma nova San Sebastian no estado de Recife.

A proposta da casa de show Amsterdam seguia a linha da mesma casa situada no bairro do Rio Vermelho, abrigando festas eletrônicas/pop's de Salvador. Após um ano de funcionamento, a Amsterdam deixa de funcionar do Largo dos Aflitos por questões de segurança e por interesses de utilização da Prefeitura de Salvador, proprietária do imóvel. Assim, a casa de show passa atuar no espaço que sediava a antiga boate Off Club, espaço cujo público predominante é a comunidade LGBT da cidade de Salvador, porém em dezembro do mesmo ano, após acordos com o órgão responsável pela liberação de uso do espaço, as atividades foram retomadas em seu espaço inicial, nos Aflitos.

No que se refere à **infraestrutura** da casa noturna, o espaço possui dois ambientes diferentes. A parte interna encontra-se uma estrutura para shows, com acesso a banheiros, bar e de saídas de emergência. Na parte externa, como vista para a Baía de Todos os Santos, dispõe de cadeiras e mesas, proporcionando um lugar mais favorável para a socialização. Esses dois espaços criam uma aparência diferente das demais casas de show que mantêm um padrão de estilo *dark room*. A respeito da **equipe**, a Casa é formada por um gerente, sete seguranças, oito *barmans*, seis caixas para pagamento de comandas, três responsáveis pela limpeza e um técnico de som e iluminação, porém a quantidade da equipe oscila de acordo com cada evento. Com capacidade estimada de 500 pessoas, há na Amsterdam uma grande alternância de festas semanalmente.

A **programação** da casa é composta por música eletrônica, normalmente as sextas-feiras com Djs residentes e convidados, e aos sábados com festas nos ritmos da música pop norte americana, como o *R&B* e o *Hip Hop*. O conceito das festas permeia todo o processo de produção que vai desde a seleção das músicas, decoração e materiais de divulgação e algumas interações com o público no dia do evento, o que atrai um público jovem. Os meios de comunicação utilizados são basicamente as redes sociais, sites e blogs, mídias mais utilizadas

pelos jovens. A programação conta também com festas calendarizadas e já consolidadas junto a esse público jovem. Apesar da programação da Casa manter essas características, o que proporciona um reconhecimento e pertencimento do público frequentador com o lugar, o espaço está aberto para outras propostas que não se encaixam no padrão de programação predominante da Amsterdam.

O **público** da Amsterdam Pop Club é formado por jovens em sua maioria de classe média e da comunidade LGBT, na faixa etária de 18 a 25 anos. Apesar desse reconhecimento do público por parte dos produtores da casa, não são realizadas pesquisas sobre o mesmo, sendo mais um espaço cultural que não se utiliza de estratégias e ações voltadas para o conhecimento e aproximação com o seu público. No entanto, a Amsterdam possui um público que frequenta regularmente o espaço. Em função das atividades ali realizadas, o fluxo de pessoas se intensificou no entorno, atraindo também ambulantes e pequenos comerciantes que residem no entorno e comercializam seus produtos nas proximidades do espaço.

No que se refere a **gestão** do espaço, percebe-se que não há uma estruturação e sistematização da casa de show, funcionando a partir das demandas externas. O espaço se apresenta como um empreendimento lucrativo, focado no entretenimento cultural sem o propósito de realizar atividades culturais e se inserir no contexto e desdobramento da gestão cultural. A principal dificuldade da casa de show está na insegurança do lugar, visto que a região do Centro fica sem movimentação a noite, horário de funcionamento da casa. Sua potencialidade reside em sua estrutura física, sendo um diferencial com relação a outras casas de show da cidade.

Vale ressaltar a dificuldade de contato com os administradores para o recolhimento de informações a respeito da casa Amsterdam Pop Club. A falta de dados comprometeu uma melhor análise sobre o espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, percebe-se o crescente estudo e avanços das políticas culturais no Brasil e na Bahia, porém verificamos que a instância municipal anda a passos curtos no que se refere aos investimentos para o setor e na formulação de políticas públicas de cultura para a cidade. Mesmo com as recentes iniciativas por parte da Fundação Gregório de Matos - FGM, Salvador acompanha os avanços do cenário artístico-cultural e das políticas municipais de cultura de forma muito incipiente, permanecendo ainda com uma gestão pautada em grandes eventos de atração turística, com baixo investimento de recursos para o setor e sem uma estruturação organizacional ampla e diversa, concentrando apenas na FGM o fomento as ações culturais.

Observa-se também que a instância municipal não enxerga a cultura como fator de desenvolvimento, como centralidade cultural, sendo uma área ainda utilizada como discurso de incentivo para o desenvolvimento do turismo, que privilegia empreendimentos internacionais de interesses privados em detrimento dos interesses da população, provocando ações gentrificadoras e homogeneizadoras na cidade que intensifica a perda da cultura local, arquitetônica e de seu patrimônio histórico-cultural, como vem ocorrendo no Centro Antigo. Nessa perspectiva da relação entre cultura e cidade, concluímos que se faz necessário o diálogo permanente com a sociedade na tomada de decisões sobre os arranjos da cidade. Portanto, formular uma política cultural com bases na participação social, onde a população também tem uma atuação predominante junto com as esferas governamentais, principalmente a municipal, é indispensável na construção de políticas que reconheçam e garantam os direitos culturais para a sociedade.

Além disso, a necessidade do reconhecimento da dimensão antropológica da cultura apontada por Botelho (2001), onde a vida cotidiana e as práticas desenvolvidas na interação dos indivíduos e destes com a cidade se constituem também como questão a ser articulada, problematizada e inserida no diálogo entre sociedade e os órgãos municipais, e como um fator relevante na política cultural. Porém, percebe-se que a inclusão dessa dimensão cultural nos processos governamentais não é uma dificuldade apenas de Salvador. Outros municípios brasileiros ainda não enxergam como compromisso integrar as práticas cotidianas como parte da cultura e das políticas, levando apenas em consideração aquelas diretamente ligadas ao circuito organizado, como exemplo, a indústria cultural, a difusão dos projetos culturais, os programas de manutenção dos equipamentos culturais etc.

É perceptível que o diálogo dos equipamentos culturais, primeiramente, com a cidade e com os órgãos que a gerem, é primordial para o fortalecimento e atuação desses espaços frente às questões do setor cultural e na sua relação com o entorno. Os equipamentos culturais, bem como a classe artística e cultural de Salvador precisam exigir da instância municipal um posicionamento e responsabilidade na construção de mecanismos e políticas para a cultura, visto que o município, nessa perspectiva, ainda não possui uma representatividade no cenário artístico e cultural de Salvador. Vale ressaltar também a importância desses espaços físicos nos processos de interação, troca, formação, fruição e participação da sociedade e sobre as dificuldades e desafios enfrentado por esses espaços, principalmente no que se refere a formação de públicos da cultura, levantamento de pesquisas e indicadores culturais.

Podemos verificar que essas questões são refletidas nos três equipamentos culturais situados no bairro do Dois de Julho, tendo os equipamentos como objetos de estudo desse trabalho e o bairro como pano de fundo para o desdobramento dos processos do cenário cultural. Dessa forma, podemos constatar a importância do bairro do Dois de Julho no cenário cultural de Salvador pelo seu valor histórico e patrimonial, por concentrar uma diversidade de espaços culturais e de sociabilidade e por ter se configurado, ao longo dos anos, como um bairro marcado pela resistência e vida cultural. Sua importância em Salvador se dá também por atuar de forma ativa e organizada, através dos grupos, associações e movimentos comunitários do bairro que se mobilizam em rede, se inserindo e participando dos novos arranjos administrativos da cidade.

Com relação aos 29 espaços identificados, verifica-se que há uma predominância de alguns aspectos que acabam por caracterizar o bairro como tal. A maioria dos espaços foi fundado há 30 anos e, em geral, são frequentados pelos próprios moradores e trabalhadores do entorno. Porém, alguns estabelecimentos atraem também pessoas de outras regiões. Possui uma concentração de empreendimentos comerciais de tradição familiar, o que confirma seu traço comunitário, onde as relações de proximidade entre os vizinhos são acentuadas. Percebe-se que há uma concentração de espaços voltados para atividades culturais e sociais, confirmando seu potencial na cena cultural de Salvador. Vale ressaltar também a presença de duas escolas – municipal e estadual - o que nos permite questionamentos e análise de como são estabelecidas as relações desses alunos com os projetos e espaços culturais do bairro.

No que se refere a análise dos equipamentos culturais Teatro Gamboa Nova, Casa Preta e Amsterdam Pop Club, conclui-se que esses equipamentos possuem características e modos de gestão diferenciados, porém há pontos também que traz uma reflexão mais ampla

acerca dos equipamentos culturais da cidade. Percebe-se que não possuem um planejamento estratégico com base nas ferramentas de gestão, funcionando de forma mais orgânica, a partir da prática cotidiana. Isso não se caracteriza como um ponto negativo, mas ter uma gestão com foco no planejamento das ações, diagnosticando o ambiente interno e externo, tendo clareza dos objetivos e resultados a serem alcançados podem facilitar no gerenciamento do espaço cultural.

Outro ponto detectado na análise dos equipamentos culturais é a falta de diálogo e articulação de ações para o entorno onde estão localizados. O Teatro Gamboa Nova e a Casa Preta mantêm, minimamente, uma relação com o entorno. Porém, constata-se que essas pequenas ações realizadas ainda são insuficientes para que haja uma participação e aproximação mais efetiva da população com o equipamento cultural, tornando-se um espaço não apenas de fruição ou de entretenimento cultural, mas também de diálogo, de troca com a sociedade, especialmente, com a população em que o equipamento está inserido. Essa interação permite que o indivíduo se sinta pertencente ao espaço e passe a frequentá-lo, além de ser um indicativo de transformação do local. Portanto, podemos apontar esse aspecto como um desafio para os equipamentos culturais analisados.

Algumas dificuldades são apresentadas pelos três espaços, a exemplo da insegurança do bairro e entorno, fato este resultante do abandono e descuido dos órgãos públicos e da própria sociedade civil com as regiões do centro da cidade, evidente em várias capitais do Brasil. O Teatro Gamboa Nova e a Casa Preta, por serem espaço subsidiados pelo Estado, apontam para as dificuldades de manutenção do equipamento cultural, o engessamento de leis, programas e editais para a cultura que inviabiliza, muitas vezes, a ampliação das ações e atividades culturais proposto e, por fim, a dificuldades de captação de recursos por outros meios além do Estado, e de uma sustentabilidade financeira dos equipamentos que permitissem atuar de forma mais independente. Dentro desse contexto, a casa de show Amsterdam se apresenta com um equipamento que não possui subsidio pelo Estado ou por outras instituições, mantendo-se através das receitas proveniente dos eventos, porém observa-se também que é um espaço voltado para o entretenimento cultural, tendo como linguagem artística predominante a música – atividade culturais onde o consumo se apresenta de forma mais ampla pela população.

Vale ressaltar, a dificuldade no contato com os responsáveis pela casa Amsterdam Pop Club quanto à insuficiência das informações sobre espaço. A ausência de dados e contato nos permite refletir sobre a necessidade de uma organização interna do espaço de forma institucionalizada.

Apesar das dificuldades e desafios dos equipamentos culturais, suas singularidades é o que os mantêm de forma dinâmica e viva. Vale ressaltar essas características peculiares como positivas, porém a serem aprimoradas. O Teatro Gamboa Nova com o modelo da autogestão e diálogo de forma horizontal com a equipe, a Casa Preta por ser um espaços que tem como objetivo principal permitir o processo de criação dos artistas e acolhimento dos grupos, e a Amsterdam por ser um equipamento onde o público jovem é atuante junto com o espaço.

Constata-se neste trabalho a necessidade de olhar para o campo cultural, bem como suas dimensões – sejam elas antropológicas ou sociológicas, como uma área fundamental de desenvolvimento local, mas também por aguçar a sensibilidade, percepções e conhecimentos. A partir do envolvimento desses elementos é que se alcançam outras perspectivas em que os indivíduos ou governos estejam dispostos a investir, pagar, se empenharem na geração de políticas públicas, na formação cultural e educacional em detrimento de outras prioridades. Para isso, faz-se necessário conceber a cultura como fator transformador do indivíduo e, por conseguinte da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José Marcio. **Algumas anotações e inquietações sobre a questão dos públicos da cultura.** Relatoria do Encontro Internacional Públicos da Cultura, 12 a 14 de novembro 2013. SESC Vila Mariana. São Paulo/SP. Disponível em: <http://issuu.com/centrodepesquisaeformacao/docs/algumas_notas_e_inquietaoes_e?e=6246829/8395172> Acessado em Abr 2015.

BOAS, Rosa Vilas. **Gestão Cultural.** In: RUBIM, Linda (Org.) Organização e Produção da Cultura. Salvador: BA: EDUFBA, 2005.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** In: Revista S. Paulo em Perspectiva. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.

_____. **Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública.** Revista Espaço e Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

_____. **O uso do tempo livre e as práticas na região metropolitana de São Paulo – Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa.** São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2005. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/relatorio_etapa1.pdf Acesso em Jun. 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento.** In: COELHO, Teixeira (Org.) A cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001038.pdf> Acessado em Jul 2014.

COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade.** São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001038.pdf> Acessado em Jul 2014.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural.** São Paulo: Iluminuras, 1997. Disponível em: <<http://ir.nmu.org.ua/bitstream/handle/123456789/144415/bd875a51eea5820fcc26c83f6bac6dee.pdf?sequence=1>> Acessado em Jul 2014.

CUNHA, Maria Helena. **Coleção política e gestão culturais: gestão cultural.** Salvador/BA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/SECULT, 2013.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas.** Salvador/BA: EDUFBA, 2006.

HISTÓRIA RESTAURADA, CORREIO DA BAHIA, 01.07.2003, p.8, Paloma Jacobina.

INFOCULTURA. **Centro Antigo de Salvador: Uma região em debate / Infocultura: Informativo da Secretária de Cultura do Estado da Bahia. – Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2011 – Semestral. ISSN 2236-8922.**

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre cidade e cultura**. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.) Políticas culturais para as cidades. Salvador: BA: EDUFBA, 2010.

LARGO DOIS DE JULHO GUARDA A HISTÓRIA, JORNAL A TARDE, 28.08.1999, p.4, Eduarda Uzêda.

LARGO 2 DE JULHO - RICA DA HISTÓRIA, TRIBUNA DA BAHIA, 20.07.1987, p.2.

MOURAD, Laila Nazem; FIGUEIREDO, Glória Cecília. **O Bairro é Dois de Julho, ou, o que está em jogo no Projeto de “Humanização” de Santa Tereza?** Anais 12º urbBA – Seminário Urbanismo na Bahia, 7 a 9 de novembro de 2012, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA. Disponível em: <http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex2_dois-de-julho.pdf> Acessado em Mar 2015.

NUSSBAUMER, G.; RATTES, P. **Equipamentos Culturais de Salvador: públicos, políticos e mercados**. Anais do V Enlepicc - Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 9 a 11 de novembro de 2005, Faculdade Social da Bahia, Salvador/BA. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/GiseleNussbaumer.pdf>> Acessado em: Dez 2014.

NUSSBAUMER, G. et al. **Um Mapa dos Teatros de Salvador**. Salvador/BA: CULT, 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/mapa_teatros_salvador.pdf> Acessado em: Dez 2014.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais na Bahia contemporânea**. Salvador/BA: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Hortência Silva Nepomuceno. **Políticas públicas de cultura para as cidades: os casos do Recife e de Salvador**. Salvador/BA.EDUFBA.2015.

SERPA, Angelo. **A cidade como fenômeno cultural**. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.) Políticas culturais para as cidades. Salvador/BA. EDUFBA, 2010.

UFBA, **Relatório Plano do Bairro Dois De Julho**. Programa de Extensão da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA. 2014. 47p. Disponível em: <[file:///C:/Users/Carol/Downloads/ANEXO%20II_Relat%C3%B3rio%20Final_ProExt%202014%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Carol/Downloads/ANEXO%20II_Relat%C3%B3rio%20Final_ProExt%202014%20(4).pdf)> . Acessado em Abr 2015.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. **A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação?** In: Revista Espaço e Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

Referências eletrônicas

Site oficial da Secretaria de Estado da Cultura da Bahia, www.cultura.ba.gov.br

Site oficial do Sistema de Informação Municipal de Salvador, <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/>

Site oficial da Prefeitura de Salvador, <http://www.salvador.ba.gov.br/>

Site oficial do Grupo Vilavox, <http://www.vilavox.com.br>

Site oficial do Teatro Gamboa Nova, <http://www.teatrogamboanova.com.br/>

Site oficial do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA), <http://mambahia.com/>

Site oficial do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, <http://www.ighb.org.br/>

Site Guia Geográfico Bahia- Salvador, <http://www.cidade-salvador.com/>

Site Capacidades, <http://www.capacidades.gov.br/blog/detalhar/id/81/post/532/categoria/115>

ANEXOS

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Entrevista com os Equipamentos Culturais - Perfil de atuação dos gestores dos espaços culturais

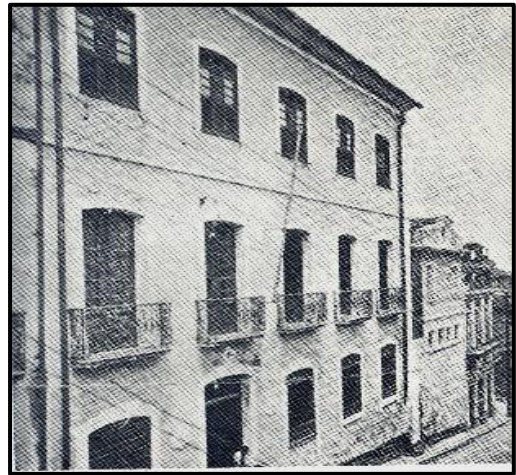
- 1) Qual o histórico desse espaço? Quando foi criado e com que objetivo?
- 2) Qual a sua formação? Por que trabalha com a gestão de equipamentos culturais?
- 3) Qual o perfil da programação da Amsterdam Pop Club?
- 4) Quais os perfis dos públicos que frequentam esse espaço?
- 5) Quais os períodos e atividades de maior e menor frequência?
- 6) De que forma é feita a gestão da Amsterdam Pop Club?
- 7) Qual a equipe responsável pela Amsterdam Pop Club? Quantas e em quais funções?
- 8) Qual a infraestrutura em termos de equipamento?
- 9) Como o espaço é mantido? (receitas, patrocínios, permutas, apoios, etc.)
- 10) Como é feita a divulgação do espaço? Que tipo de participação tem nas ações de divulgação dos produtores contratantes da pauta?
- 11) Que tipo de relação o espaço mantém com o bairro e seus moradores? Há projetos, estratégias, ações voltadas para essas pessoas?
- 12) Como você avalia o papel das políticas públicas no fomento de manutenção dos equipamentos culturais?
- 13) Quais as principais dificuldades e potencialidades do espaço?

**FOTOS DO BAIRRO DOIS DE JULHO E DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS:
TEATRO GAMBOA NOVA, CASA PRETA, AMSTERDAM POP CLUB.**

Bairro Dois de Julho



Largo do Dois de Julho em 1902 (Fonte: Site Guia Geografico Bahia Turismo)



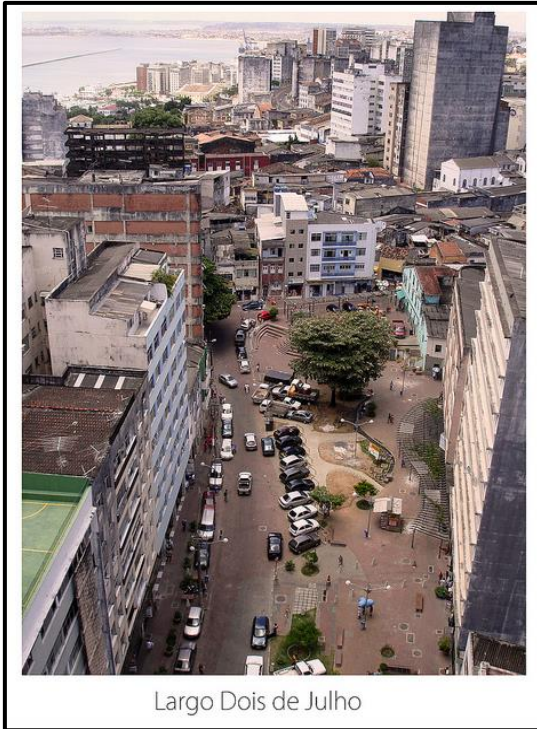
Casaão onde morou o poeta Castro Alves, atual sede do colégio Ypiranga na Rua do Sodré. (Fonte: Blog Mais Salvador).



Ladeira dos Aflitos – Foto: Rodolpho Lindeman (Fonte: Blog Mais Salvador)

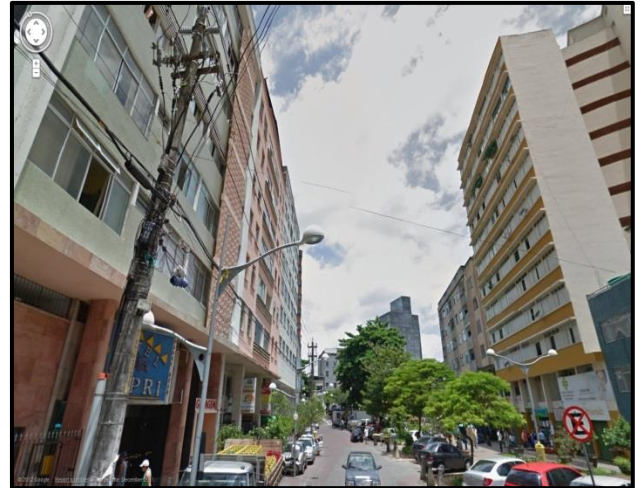


Ladeira do Sodré e acesso à Igreja de Santa Teresa. 1940 (Fonte: Blog Mais Salvador)



Largo Dois de Julho

Largo do Dois de Julho (Fonte: Site do Irdeb)



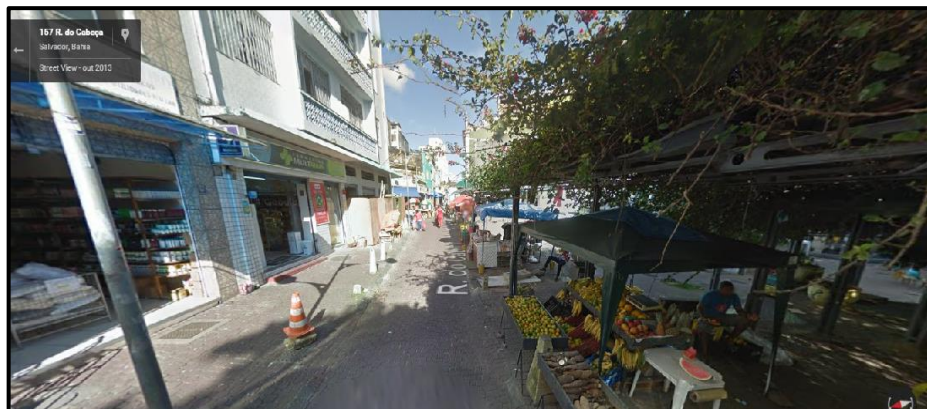
Largo do Dois de Julho (Fonte: Google Maps, 2014)



Rua Democrata (Fonte: Google, Blog História de Salvador – cidade baixa e alta)



Rua Areal de Baixo (Fonte: Blog História de Salvador – cidade baixa e alta)



Rua do Cabeça (Fonte: Google Maps, 2013)



Rua da Força – acesso à Carlos Gomes (Fonte: Google Maps 2014)

Teatro Gamboa Nova



Fachada atual do Teatro (Fonte: Site Aratu Oline)



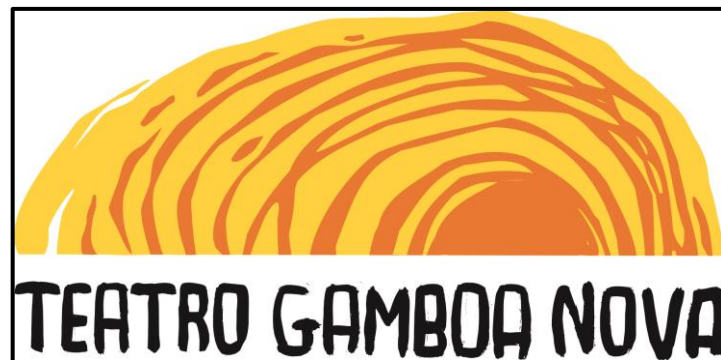
Palco do Teatro (Fonte: Site Mais Bahia – Foto: Flora Rodrigues)



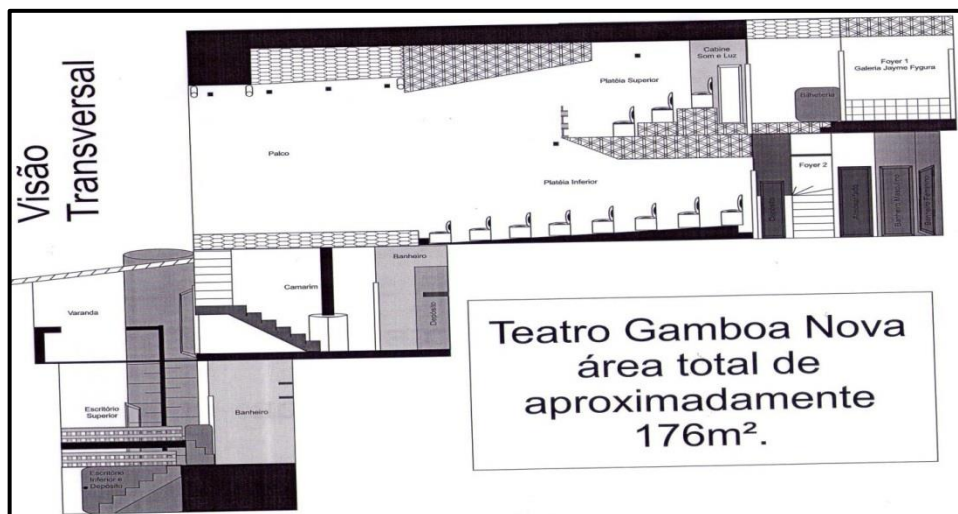
Plateia de baixo do Teatro (Fonte: Arquivos do Teatro – Foto: Tatiane Carcanholo)



Camarim do teatro (Fonte: Arquivos do teatro – Foto: Tatiane Carcanholo)



Logomarca do Teatro (Fonte: Site do teatro)



Planta baixa do teatro (Fonte: Site do teatro)

Casa Preta



Fachada da Casa Preta (Foto: Andrea Magnoni)



Fachada da Casa Preta (Fonte: Site Vilavox)



Salão de apresentação – Térreo (Fonte: Arquivo da Casa Preta)



Quintal da Casa Preta – Subsolo (Fonte: Arquivo da Casa Preta)



Logomarca da Casa Preta (Fonte: Site da Casa Preta)



Corte lateral – Casa Preta (Fonte: Arquivo da Casa Preta)

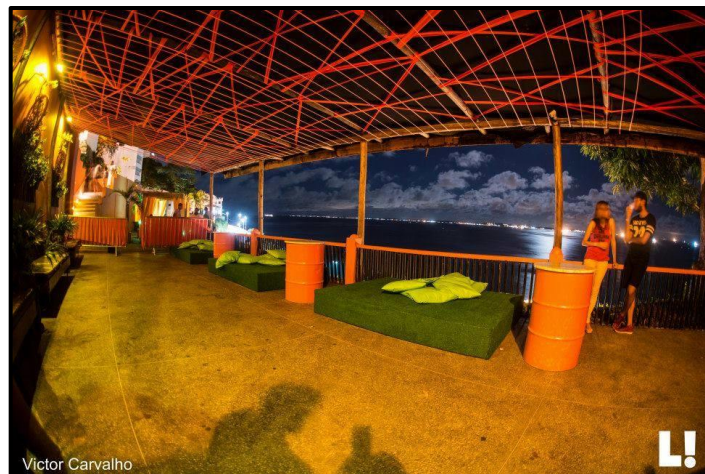
Amsterdam Pop Club



Área externa, próximo a entrada de acesso (Fonte: Rede social Facebook da Amsterdam Pop Club)



Área externa (Fonte: Rede social Facebook da Amsterdam Pop Club)



Área externa (Fonte: Rede social Facebook da Amsterdam Pop Club)



Área interna – discotecagem (Fonte: Rede social Facebook da Amsterdam Pop Club)



Logomarca da Amsterdam Pop Club (Fonte: Rede social Facebook da Amsterdam Pop Club)